



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO XCIX - 101º DA REPÚBLICA - Nº 26.954

BELÉM - TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1991

GOVERNADOR DO ESTADO
JADER LONTINHO DE BARBALHO

VICE-GOVERNADOR
CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ronaldo Passarinho

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Nelson Silvestre Rodrigues Amorim

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Tenente-Coronel Flaviano Gomes de Melo

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Manoel Nazareth Sant'ana Ribeiro

SECRETARIADO

ADMINISTRAÇÃO

Gileno Müller Chaves

JUSTIÇA

Adherbal Augusto Meira Mattos

FAZENDA

Roberto da Costa Ferreira

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Paulo Sérgio Fontes do Nascimento

SACIDE PÚBLICA

Emaní Guilherme Fernandes da Motta

EDUCAÇÃO

Romero Ximenes Ponte

AGRICULTURA

Paulo Mayo Koury de Figueiredo

SEGURANÇA PÚBLICA

Alcides da Silva Alcântara

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Maria Eugênia Marcos Rio

CULTURA

Guilherme Mauricio Souza Marcos de La Penha

INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Luiz Paniago de Souza

TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Roberto Ribeiro Corrêa

TRANSPORTES

Antônio Cesar Pinho Brasil

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Edith Marília Maia Crespo

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Joaquim Lemos Gomes de Souza

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

João Roberto Mendes Cavalleiro de Macedo

NESTA EDIÇÃO

DECRETO

Do Governo do Estado

PORTARIAS

Das Secretarias de Estado de Administração, Educação, Agricultura, Fazenda e Viação e Obras Públicas

TOMADAS DE PREÇOS Nºs. 001 e 003/91

- EDITAIS

Da Secretaria de Estado de Segurança Pública

AVISO DE CANCELAMENTO

Da Fundação Serviços de Saúde Pública

ATAS

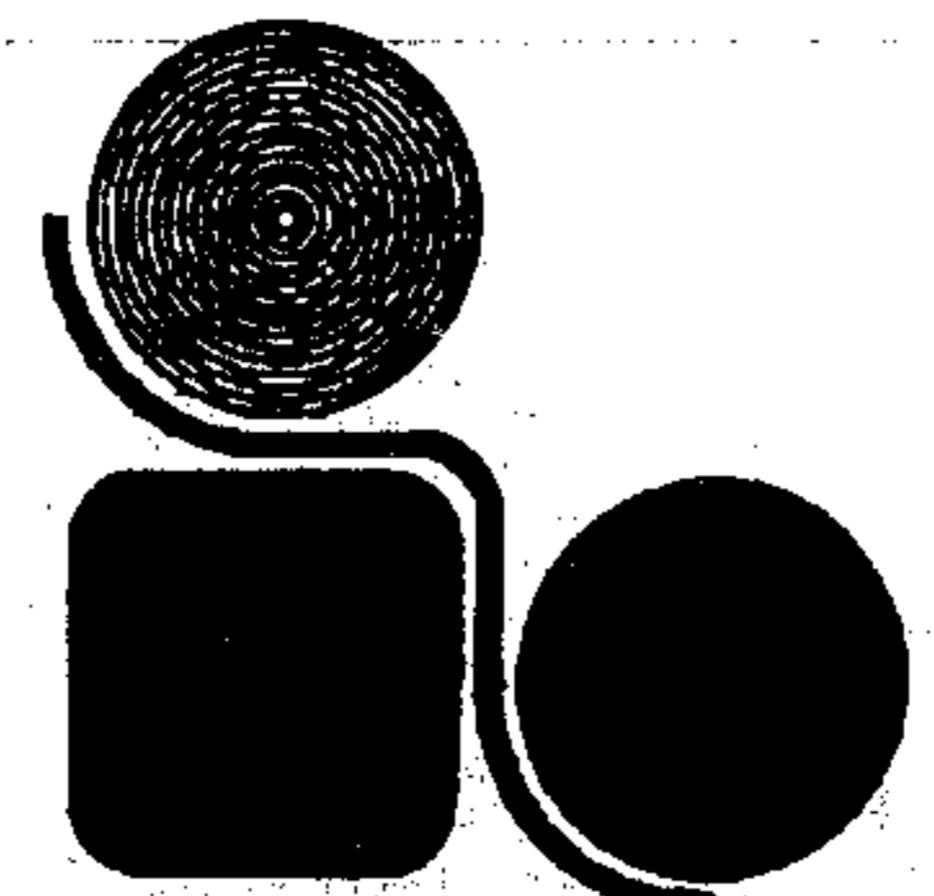
De Diversas Firmas

AVISO

Avisamos os clientes e usuários do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, que o Expediente para receber matérias se encerra IMPRETE-RIVELMENTE às 18:00 horas. Portanto, depois do horário mencionado, a I.O.E., não receberá mais anúncios sob hipótese alguma.

1 Caderno

16 Páginas



IMPRENSA OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO PODER EXECUTIVO

DECRETO N° 173..... DEABRIL..... DE 19 91

**CONCEDE A COMENDA DA ORDEM
DO MÉRITO GRÃO-PARÁ, NO GRAU
DE COMENDADOR, AO GENERAL DE
BRIGADA TIRTEU FROTA, COMAN-
DANTE DA 23ª BRIGADA DE INFAN-
TIA DE SELVA, COM SEDE EM
MARABÁ - PA.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, na qualidade de Grão Mestre da Ordem do Mérito Grão-Pará, instituída pelo Decreto nº 8.085, de 07.09.72, e regulamentada pelo Decreto 8.721, de 26.04.74, e

CONSIDERANDO que cumpre ao Governo do Estado, como ente representativo da vontade de seus governados, manifestar o reconhecimento da sociedade paraense às personalidades que se distinguiram, de modo especial, por assinalados serviços prestados em prol da consecução de seus objetivos mais caros e relevantes;

CONSIDERANDO que o General de Brigada TIRTEU FROTA revelou, à frente do Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, profunda vocação de bem servir, manifestando-se sempre disposto a colaborar com o Governo do Estado, principalmente em relação aos assuntos da comunidade em geral;

gada TIRTEU FROTA dado sucessivas provas de afinidade à terra e ao povo paraense, com os quais formou inquebrantáveis laços de afinidade e afiação;

CONSIDERANDO ter sido o General de Brigada TIRTEU FROTA, por seus méritos, convocado a servir em posto mais elevado que o que atualmente ocupa no Exército Brasileiro, tendo assim de afastar-se de nosso Estado e de nosso povo, aos quais serviu com inexcedível demonstração de solidariedade e apreço;

CONSIDERANDO, ainda que face os valiosos serviços prestados à Região e particularmente ao Estado do Pará, no Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede na cidade de Marabá, tornou-se o General de Brigada TIRTEU FROTA digno da gratidão e do reconhecimento do Governo e do povo paraenses.

DECRETO:

Art. 1º - Fica concedida ao General de Brigada TIRTEU FROTA a Comenda da Ordem do Mérito Grão-Pará, no Grau de Comendador.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, em de abril de 1991.

JÁDER FONTENELLE BARBALHO
Governador do Estado

RETIFICAÇÃO

Retificação do Ato Legal nº 168, de 27 de março de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado nº 26.944, de 09 de abril de 1991, referente a Consultoria Geral do Estado.

Onde se lê:

III - Com a alteração

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
11103.03070212.018	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01 3111.02 3111.03	11202 11202 11202	17.508.516 1.473.273 3.467.148

Leia-se:

III - Com a alteração

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
11103.03.070212018	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01 3111.02 3111.03	11202 11202 11202	17.508.516 1.473.273 3.467.148

(FAT. N° 10.001347, REG. N° 10.001347, DIA 23/04/91)

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORATARIA N° 0048 DE 07 DE JANEIRO DE 1991
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.78,
RESOLVE:
APOSENTAR: de acordo com o art. 33, item III, alínea "b", da Constituição Estadual, arts. 35, "Caput", 36, Parágrafo Único e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, Acórdão nº 16.985/89-TCE, art. 10 da Lei nº 5378/87, MARIA RAIMUNDA BATISTA FERREIRA, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD3-401, Ref. X, lotada na Secretaria de Estado de Educação - capital E.E. de 1º grau "Honório Figueira".

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 07 de janeiro de 1991.

JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO

Secretário de Estado de Administração, em exercício

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.945 de 04.04.91.

PORATARIA N° 0050 DE 07 DE JANEIRO DE 1991
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:
APOSENTAR: de acordo com o art. 33, item III, alínea "b", da Constituição Estadual, art. 10 da Lei nº 5378/87, Decreto nº 7228/90, combinado com o art. 164 da Lei nº 749/53, art. 36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, ANNA TOMELIN, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD4-401, Ref. X, lotada na Secretaria de Estado de Educação - mun. de Santa Cruz do Arari.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 07 de janeiro de 1991.

JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO

Secretário de Estado de Administração, em exercício

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.945 de 04.04.91.

PORATARIA N° 0056 DE 08 DE JANEIRO DE 1991
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.78,

RESOLVE:
APOSENTAR: de acordo com o art. 33, item III, alínea "b", da Constituição Estadual, art. 164 da Lei nº 749/53, combinado com o Decreto nº 7228/90, art. 33, item III e 36, Parágrafo Único da Lei nº 5351/86, art. 10 da Lei nº 5378/87, IDALVA DOS ANJOS DE MORAIS MAMEDE, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD4-401, Ref. X, lotada na Secretaria de Estado de Educação - capital "DAE".

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 08 de janeiro de 1991.

JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO

Secretário de Estado de Administração, em exercício

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.945 de 04.04.91.

PORATARIA N° 0098 DE 11 DE JANEIRO DE 1991
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:
APOSENTAR: de acordo com os arts. 33, item III, alínea "a" e 31 da Constituição Estadual, art. 145 da Lei nº 749/53, com nova redação dada pela Lei nº 4959/81, INES CABRAL DA SILVA, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref. II, lotada na Secretaria de Estado de Educação - capital - Escola Régime de Convênio "Manoel Antônio da Costa".

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 08 de janeiro de 1991.

JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO

Secretário de Estado de Administração, em exercício

Registrada no Tribunal de Contas pelo Acórdão nº 17.945 de 04.04.91.

PORATARIA N° 0097 DE 11 DE JANEIRO DE 1991
O Secretário de Estado de Administração, no uso da competência delegada através do Decreto nº 11.158, de 14.03.79,

RESOLVE:
APOSENTAR: de acordo com o art. 33, item III, alínea "b" da Constituição Estadual, arts. 35, "Caput", 36, Parágrafo Único e 37, § 2º da Lei nº 5351/86, Acórdão nº 16.985/89-TCE, LÚCIA MARIA OLIVEIRA DAS NEVES, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD1-

PORTARIA N° 0229 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 14.03.79,

RESOLVE:
APOSENTAR: de acordo com os arts.33, item II e 31, item I da Constituição Estadual, Acórdão nº 15.889/88-TCE, art. 145 da Lei nº 749/53, com nova redação dada pela Lei nº 4959/81, ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref. I, lotada na Secretaria de Estado de Educação-mun. de Óbidos.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 05 de Fevereiro de 1991
JOSE NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO
Secretário de Estado de Administração, em exercício
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão Nº 17.945 de 04/04/1991

PORTARIA N° 0029 DE 03 DE JANEIRO DE 1991
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86,

RESOLVE:
Reformar "Ex-Ofício" na mesma graduação de acordo com os arts. 108, item II e 108, § 1º e 2º alínea "b" da Lei nº 5351/86, combinado com o Decreto nº 7172/90, art.48, item II da Constituição Estadual, art. 19, item I, alínea "b" e 2º, item I do Decreto nº 2940/83, art. 1º, item I, alínea "d" do Decreto nº 4460/86; art. 1º do Decreto nº 2866/83, art.20 da Lei nº 5221/85, o 3º Sargento PM RG 5991 - AMÉRICO NOBRE CORDEIRO, pertencente ao 5º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 03 de Janeiro de 1991
JOSE NOGUEIRA DE SOUZA SOBRINHO
Secretário de Estado de Administração, em exercício.
Registrado no Tribunal de Contas pelo Acórdão Nº 17.943 de 02/04/1991

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 257 DE 08 DE ABRIL DE 1991

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Port. nº 030/DAI, de 10.04.80 do Secretário de Estado de Administração,

RESOLVE:
Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à funcionária FRANCISCA JENNINGS PEREIRA, matrícula nº 0000620-014, couplante do cargo de Consultor Jurídico, lotada nesta Secretaria, no período de 18.04 a 17.05.91, relativas ao exercício de 1990.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

LAILINDA COELHO FRANCO
Diretora do Departamento de Administração-SEAD

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PORTARIA N° 0206 DE 16 DE ABRIL DE 1991
A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GE-

RAL, usando de suas atribuições legais, e
Considerando os termos do Processo nº 0973/91,

RESOLVE:
I - Nomear uma comissão integrada pelos Servidores LOURDES DE FÁTIMA BARALHA PANTOJA PIMENTEL, Técnica; RUTH SOLANE FREITAS GIBSON, Técnica; e JOÃO BOSCO SANTOS; Assist. Administrativo, para, sob a presidência do primeiro, tomar as providências necessárias à realização de licitação para prestação de serviços bens e serviços referentes ao I PROPLAN, com poderes inclusivo, para proceder julgamento das propostas apresentadas.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA-EUGÉNIA MARCOS RIO
Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1991

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

0387

Pág. 3

IMPRENSA OFICIAL

DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso
Belém - Pará

PBX - 226-7888 (GERAL)
FAX..... 226-0556

Diretor-Presidente
JOSÉ SARRAF MAIA

Diretor de Administração
LOURIVAL BARBALHO JÚNIOR

Diretor Técnico
JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO

Resp. pela Chefia de Redação
ANTONIO CARLOS C. DOS SANTOS

Chefe da Revisão
RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Na CAPITAL	CR\$- 5.500,00
Trimestral	CR\$- 5.500,00
Outros Estados e Municípios	
Trimestral	CR\$- 16.800,00
Publicações: Página comum, cada centímetro	CR\$- 2.615,00
Preço por página	CR\$- 533,460,00
Fotolito - centímetro	CR\$- 106,00

PREÇO DO EXEMPLAR ... CR\$- 40,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 8:00 às 13:00 hs., e das 15:30 às 18:00hs., excetuando-se os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acompanhar publicações a cobrar.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal para a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

OBS.: As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO não dão direito ao recebimento de Caderno Especial, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

PORTARIA Nº 0206 DE 16 DE ABRIL DE 1991
A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando de suas atribuições legais, e
Considerando os termos da Portaria nº 0972/91,
RESOLVE:
I - Nomear uma comissão integrada pelos Servidores LAMARTINE ALMEIDA DE CARVALHO, Técnico; ANA LÚCIA FRAZÃO GRACINDO, Técnica; e LUIS CARLOS DE LIMA DIAS, Técnico, para, sob a presidência do primeiro, tornar as providências necessárias à realização de licitação para prestação dos serviços manutenção de microcomputadores e impressoras de propriedade desta Secretaria, com poderes inclusivo, para procederem o julgamento das propostas.
II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
MARIA EUGÉNIA MARCOS RIO
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
(FAT. Nº 10.001337, REG. Nº 10.001337, DIA 23/04/91)

JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM
EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA Nº 037/91

O Doutor WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica CITADA a firma CONSTRUSERV LTDA, em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo número 1º. JCJ-1983/90, em que é exequente ROBERTO DA SILVA BARROS, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de Cr\$-60.149,55 (SESSENTA MIL, CENTO E QUARENTA E NOVE CRUZEIROS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), referente a PRINCIPAL e CUSTAS, devidos nos termos da DECISÃO proferida por esta MM. Junta, em 13.02.91.

RESUMO DOS CÁLCULOS:

VALOR DO PRINCIPAL.....Cr\$-58.344,62
CUSTAS:.....Cr\$- 1.804,93
TOTAL DEVIDO:.....Cr\$-60.149,55

Caso não pague, nem garanta a execução, no prazo supra, será procedida a PENHORA em tantos bens quanto bastem para integral pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750 - 3º bloco - 2º andar.

DADO e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dezeto dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e um. Eu, *[Assinatura]* (Francisco de Paulo Aquino), Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu, *[Assinatura]* (Raimundo Nonato da Silva), Diretor da Secretaria, subscrevi. * * *

O JUIZ:

[Assinatura]
WALMIR OLIVEIRA DA COSTA,
Juiz do Trabalho Substituto,
na Presidência da 1ª.JCJ-Belém

(G.Reg. 36.372)

7ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE OITO (08) DIAS
Nº. 41/91.

A Doutora GRAZIELA LEITE COLARES, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Sétima Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificada a empresa: VESTCOL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº. 7º. JCJ-1.455/90, em que é reclamente JOSÉ WAIFIR SOARES BARBOSA, para ciência de que foi interposto RECURSO ORDINÁRIO pelo reclamante, e que V.Se. tem o prazo de oito (08) dias para recorrer, querendo.

O QUE CUMPA NA FORMA DA LEI.

DADO E PASSADO nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e um. Eu, *[Assinatura]* (FÁBIO HENRIQUE DA SILVA PIRES), Auxiliar Judiciário,

tilografci. E eu, *[Assinatura]* (ANA ROSA ZWICKER MARTINS), diretora de Secretaria, subcrevi.

[Assinatura]
GRAZIELA LEITE COLARES
Juíza do Trabalho Substituta
no exercício da Presidência
da 7ª JCJ de Belém

(G.Reg. 36.252)

7ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.
Nº 044/91

A Doutora GRAZIELA LEITE COLARES, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Sétima Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

FAZ SABER que pelo presente EDITAL, fica NOTIFICADA a empresa J.N. SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, para APRESENTRAR no prazo de 05 (CINCO) dias, o quantum salarial percebido pelo reclamante durante o período trabalhado, ou seja de setembro/89 a dezembro/89, para fins de cálculos do FGTS e demais parcelas deferidas na r. sentença de fls.21/23, nos autos do Processo nº 7ºJCJ-321/90, entre partes: ALCIMAR OLIVEIRA, reclamante e, J.N. SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA., e CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DELTA GARDEN, reclamados.

O QUE CUMPA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e um. Eu, *[Assinatura]* (Carlos Augusto Cardoso), Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu, *[Assinatura]* (Ana Rosa Zwicker Martins), Diretora de Secretaria, subcrevi.

[Assinatura]
GRAZIELA LEITE COLARES
Juíza do Trabalho Substituta,
no exercício da Presidência
da 7ª JCJ de Belém

(G.Reg. 36.263)

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA COM O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.
Nº 046/91

A Doutora GRAZIELA LEITE COLARES, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Sétima Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

FAZ SABER, que pelo presente EDITAL, fica CITADA a empresa PRÉ MOLDADOS UNIKO LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo nº 7ºJCJ-481/90, em que é exequente o Sr. SALATIEL CABRAL DE MORAES e OUTROS (02), para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de Cr\$-607.319,28 (SEISCENTOS E SETE MIL, TREZENTOS E DEZENOVE CRUZEIROS E Vinte E OITO CENTAVOS), referente a Principal, FGTS, Honorários, Advocatícios e Custas de Sentença, devidas nos termos da r. sentença de 16.07.90, às 14:00 horas.

R E S U M O:

Principal 511.313,79
F.G.T.S. 5.890,92 = Cr\$-517.204,71
Honor. Advocatícios-15% = Cr\$- 77.580,71

= Cr\$-594.785,42
= Cr\$- 12.533,86

Custas de Sentença = Cr\$-607.319,28

Total Devido = Cr\$-607.319,28

Caso, não pague, nem garanta a execução, no prazo mencionado acima, será procedida a penhora, em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

E, para chegar ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, e afixado em lugar de costume, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº 750, 3º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos dez dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e um. Eu, *[Assinatura]* (Carlos Augusto Cardoso), Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu, *[Assinatura]* (Ana Rosa Zwicker Martins), Diretora de Secretaria, subcrevi.

[Assinatura]
GRAZIELA LEITE COLARES
Juíza do Trabalho Substituta,
no exercício da Presidência
da 7ª JCJ de Belém
(G.Reg. 36.290)

AMAFRUTAS S/A

CGCMF - 04.372.082/0001-56

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989

ATIVO	1990		1989		PASSIVO	1990		1989	
	Cr\$	Nc\$	Cr\$	Nc\$		Cr\$	Nc\$	Cr\$	Nc\$
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e Bancos	3.601.284	704.153	9.937.878	12.382.356	Fornecedores Nacionais	1.254.952	768.450		
Contas a Receber	(8.626.380)				Créditos Bancários	34.897.386	1.000.000		
Títulos Descontados	15.545.222	978.315			Encargos Tributários	11.879.172	2.119.989		
Estoques	336.349	6.579			Contas a Pagar e Prov. Diversas	3.721.572	1.863.822		
Adiantamentos a Fornecedores	13.217.681	531.379				51.753.082	5.752.261		
Devedores Diversos	34.012.034	14.602.782							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
Depósitos Compulsórios	1.029.723	37.478							
Outros Ativos Correntes-Coligadas	995.807	105.477							
Outros Realizáveis a Longo Prazo	603.324	22							
	2.628.854	142.977							
PERMANENTE									
INVESTIMENTOS									
Participação p/linc. Fisc/Eletrobrás	1.154.055	215.370							
Participação em Outras Sociedades		54.617							
	1.154.055	269.987							
IMOBILIZADO									
Custo + Correção Monetária	639.521.048	66.763.483							
Depreciação Acumulada	(194.105.622)	(16.770.099)							
	445.415.426	49.993.384							
DIFERIDO									
Custo + Correção Monetária	145.992.258	15.446.888							
Amortização Acumulada	(145.924.130)	(13.906.875)							
	68.128	1.540.013							
	446.637.609	51.803.384							
TOTAL DO ATIVO	483.278.497	66.549.143							

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/90 E 31/12/89

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 1988	321.750	2.625.666	9.715	(439.614)	2.517.517
Ajuste de Exercícios Anteriores				(1.104)	(1.104)
Capitalização conf. AGO de 30/04/89	2.625.666	(2.625.666)			
Correção Monetária do Patrimônio Líquido		43.677.370	143.962	(6.530.910)	37.290.422
Lucro (Prejuízo) Líq. do Exercício				(25.014.406)	(25.014.406)
Saldos em 31 de Dezembro de 1989	2.947.416	43.677.370	153.677	(31.986.034)	14.792.429
Capitalização conf. AGO de 28/04/90	43.677.370	(43.677.370)			
Integralização AGE de 13/12/90	270.300.000				270.300.000
Integralização AGE de 19/12/90	259.700.000				259.700.000
Correção Monetária do Patrimônio Líquido					
Lucro (Prejuízo) Líq. do Exercício					
Saldos em 31 de Dezembro de 1990	576.624.786	442.853.477	1.452.437	(1.038.414.277)	(17.483.577)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989

	1990	1989
	Cr\$	Nc\$
ORIGENS		
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(736.106.566)	(25.014.406)
Mais: Itens debitados e/ou creditados ao resultado que não representam movimentação de numerário:		
Depreciações e Amortizações	23.611.459	1.956.118
Resultado da Correção Monetária	(240.384.018)	(12.670.991)
Variação Monetária s/Empr. Longo Prazo	860.649.261	37.493.976
	92.229.864	1.764.697
Integralização de Capital	530.000.000	
Baixa de Bens do Imobilizado	1.750.483	258.899
Redução do Realizável a Longo Prazo		288.463
Baixa nos Investimentos	444.098	
Aumento do Exigível a Longo Prazo		7.307.764
Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.104)
TOTAL DAS ORIGENS	439.964.717	9.618.719
APLICAÇÕES		
Aquisição de Bens do Imobilizado	6.480.304	232.079
Aumento do Diferido		2.479
Aumento nos Investimentos		189
Variação Monetária s/realizável a L. Prazo	2.431.260	214.423
Aumento do Realizável a Longo Prazo	457.644.722	1.040.633
Redução do Exigível a L. Prazo		466.556.286
TOTAL DAS APLICAÇÕES	(26.591.569)	8.072.396
CAPITAL CIRCULANTE		
No final do exercício	(17.741.048)	8.850.521
No início do exercício		778.125
	(26.591.569)	8.072.396

NORBERT GMUER ANDREAS K. DANIEL HEUSLER
Diretor DiretorCARLOS A. SALES DE OLIVEIRA
Téc. em Contabilidade
CRC/SP 129.923-S-PA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989

	1990	1989
	Cr\$	Nc\$
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS	194.613.421	21.802.736
Descontos, Devoluções e Impostos	(21.736.259)	(2.694.525)
RECEITA LIQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS	172.877.162	19.108.211
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(149.053.994)	(11.527.787)
LUCRO BRUTO	23.823.168	7.580.424
Despesas de Administração e Vendas	(146.498.923)	(8.440.146)
Despesas e Receitas Financeiras	(214.670.854)	(1.713.531)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	7.471.331	358.583
LUCRO (PREJUÍZO)	(329.875.278)	(2.214.670)
OPERACIONAL	582.467	(33.813)
Resultados não Operacionais	240.384.018	12.670.991
Resultado da Correção Monetária	(647.197.773)	(35.436.914)
VARIAÇÃO MONETÁRIA LÍQUIDA		
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(736.106.566)	(25.014.406)
Provisão p/Imposto de Renda		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(736.106.566)	(25.014.406)

NOTAS EXPLICATIVAS 31 DE DEZEMBRO DE 1990

NOTA 1 — PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A. EFEITOS INFLACIONÁRIOS

São reconhecidos mediante:
Correção Monetária com base na variação do BTN (f) das contas do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.

O valor líquido da correção monetária do balanço é refletido no resultado do exercício.

B. IMOBILIZADO

É demonstrado pelo custo de aquisição acrescido da correção monetária, menos depreciação acumulada, de acordo com a legislação fiscal vigente.

C. DEPRECIAÇÕES

As depreciações foram calculadas pelo método linear, segundo as taxas permitidas pela legislação fiscal vigente.

NOTA 2 — CAPITAL SOCIAL

O Capital Social integralizado está dividido em 53.377.044.457 ações ordinárias nominativas, 3.126.511.610 ações preferenciais classe "A" e 1.158.922.566 preferenciais classes "B" no valor de Cr\$ 0,01 cada uma todas pertencentes a residentes no País.

(FAT. N° 10.001365, Reg. N° 10.001365-Dia 23/04/91)

AGROPALMA S/A.

C.G.C. n° 04.102.265/0001-51

ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

São convidados os acionistas a se reunirem em assembleias gerais extraordinária e ordinária no dia 29 de abril corrente, com inicio às 08:00 horas, na sede social

HOTÉIS DO PARÁ S/A.

CGC (MF) 04.916.462/0001-85

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Srs. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1990 e 1989; bem como as demonstrações de resultado, das

mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações dos recursos. Permanecemos à disposição de V. Srs., para quaisquer esclarecimentos.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.90
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

ATIVO	Legislação Societária e Correção Integral 1990		Legislação Societária e Correção Integral 1990	Correção Integral 1989
	Em moeda de 31.12.90	Em moeda de 31.12.90		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Contas a Receber de Sociedades Ligadas.....	23.525	18.065	CIRCULANTE	
Depósitos por Incentivos Fiscais.....	3	28	Salários e Contribuições Sociais.....	677
	23.528	18.093		43
PERMANENTE			Provisão p/ Imp. Renda.....	1.320
Investimentos.....	90	90	Particip. Partes Beneficiárias..	307
Imobilizado.....	11.975	13.462	Dividendos a Pagar.....	2.074
			Demais Contas a Pagar.....	256
				99
				803
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
			Capital Realizado Atualizado..	29.996
			Reservas de Capital.....	346
			Reservas de Lucros.....	442
			Lucros Acumulados.....	175
				175
				30.959
				30.842
				35.593
				35.593
				31.645

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31.12.90 (EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	Legislação Societária 1990	Correção 1990	Integral 1989
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Vendas de Serviços.....		4.389	9.122
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			
Impostos s/ Vendas.....		(35)	(69)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		4.354	9.053
Custos dos Serviços.....		(1.282)	(3.167)
LUCRO BRUTO		3.072	5.886
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas.....		(1.242)	(1.694)
Despesas Financeiras.....		(119)	(270)
Receitas Financeiras.....		18.647	6.625
Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....		—	(4.979)
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL		20.358	4.150
Correção Monetária do Balanço.....		(16.208)	—
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		—	—
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IR. CONTR. SOCIAL E PARTICIPAÇÕES		4.150	4.150
Imposto de Renda.....		(1.133)	(1.133)
Contribuição Social.....		(377)	(377)
PARTICIPAÇÕES			
Partes Beneficiárias.....		(301)	(301)
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.339	194
TOTAL DE AÇÕES (EM MILHARES)		3.600	3.600
Lucro (Prejuízo) por Ação do Capital Social no Fim do Exercício.....		0,64	0,64
Valor Patrimonial por Ação do Capital Social no Fim do Exercício.....		8,59	8,57

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	Legislação Societária				
	Capital realizado atualizado				
	Reservas de Capital				
	Capital Social	Correção Monetária do Capital	Subvenções p/ Investimento	Reserva de Legal	Lucros Acumulados
				Total	
Saldo em 31 de dezembro de 1989.....	200	2.973	36	34	18
Correção Monetária.....	—0	26.823	310	291	157
Lucro Líquido do Exercício.....	—0	—0	—0	—0	2.339
Imposto de Renda s/ Lucro Distribuído.....	—0	—0	—0	—0	(188)
Distribuição do Lucro Líquido do Exercício:					
Reserva Legal.....	—0	—0	—0	117	(117)
Dividendos Propostos (0,56 por ação preferencial)	—0	—0	—0	—0	(2.034)
Saldo em 31 de dezembro de 1990.....	200	29.796	346	442	175
					30.959
	Correção Integral	(Em moeda de dezembro de 1990)			
	Capital Realizado Atualizado	Subvenções p/ Investimento	Reservas de Lucros Legal	Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 1988.....	29.996	206	315	175	30.692
Incentivos Fiscais Imposto Renda.....	—0	140	—0	—0	140
Lucro Líquido do Exercício.....	—0	—0	—0	193	193
Imposto de Renda Sobre Lucro Distribuído.....	—0	—0	—0	(14)	(14)
Distribuição Lucro Líquido do Exercício:					
Para Reserva.....	—0	—0	10	(10)	—0
Dividendos (Por Ação Preferencial).....	—0	—0	—0	(169)	(169)
Saldo em 31 de dezembro de 1989.....	29.996	346	325	175	30.842
Lucro Líquido do Exercício.....	—0	—0	—0	2.339	2.339
Imposto de Renda s/ Lucro Distribuído.....	—0	—0	—0	(188)	(188)
Distribuição do Lucro Líquido do Exercício:					
Para Reserva.....	—0	—0	117	(117)	—0
Dividendos Propostos (0,56 por ação preferencial).....	—0	—0	—0	(2.034)	(2.034)
Saldo em 31 de dezembro de 1990.....	29.996	346	442	175	30.959

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.90 (EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	Legislação Societária 1990	Correção integral 1990	(Em moeda de 31.12.90)
ORIGENS DOS RECURSOS			
Das Operações Sociais:			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....		2.339	2.339
Despesas (Receitas) Que Não Afetam o Capital Círculante:			
Correção Monetária do Balanço.....		16.208	—0
Depreciações.....		738	1.487
Variações Monetárias do Realizável a Longo Prazo.....		(18.748)	—0
Perda nos Itens Monetários de Longo Prazo.....		—0	333
DE TERCEIROS:		537	4.159
-Alienação de Investimentos.....		—0	—0
TOTAL DAS ORIGENS		537	4.159
APLICAÇÕES DOS RECURSOS			
No Realizável a Longo Prazo			
-Sociedades Ligadas.....		2.864	5.768
-Dividendos Propostos.....		2.034	2034
-Imposto de Renda s/ Lucro Líquido.....		188	188
TOTAL DAS APLICAÇÕES		5.086	7.990
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CÍRCULANTE NO EXERCÍCIO		(4.549)	(3.831)
VARIACÕES DO CAPITAL CÍRCULANTE:			
ATIVO CÍRCULANTE			
-No Fim do Exercício.....		—0	—0
-No Início do Exercício.....		—0	—0
PASSIVO CÍRCULANTE			
-No Fim do Exercício.....		4.634	803
-No Início do Exercício.....		85	803
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CÍRCULANTE NO EXERCÍCIO		(4.549)	(3.831)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E DE 1989

- CONTEXTO OPERACIONAL**
A empresa tem como atividade preponderante a exploração da atividade hotelera em qualquer de suas modalidades.
A empresa é proprietária do edifício do Hotel Excelor Grão Pará e o arrenda para a Horsa Hotels Reunidas Ltda. A sua renda é oriunda do arrendamento.
- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
 - Plano de Estabilização Econômica**
Em 15 de março de 1990, foi promulgado programa de estabilização econômica com alteração do padrão monetário de cruzeiro novo para cruzeiro, na paridade de R\$100 para Cr\$100. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de cruzeiros, inclusive as operações de 01 de janeiro a 15 de março de 1990 em cruzados novos.
 - Demonastrações Financeiras de acordo com a Legislação Societária**
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.434/76, das sociedades por ações e as instituições emanadas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.
 - Apuração do Resultado**
O resultado é apurado pelo regime contábil de competências do exercicio e inclui o efeito da correção monetária.
 - Ativos Circulares e Realizável a Longo Prazo**
Os ativos são apurados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
 - Passivo Circulares**
Refer-se à participação em incentivos fiscais do imposto de renda imobiliado.
 - Ativos e Passivos Circulares**
Está demonstrado o custo contábil monetariamente sendo as depreciações do mobiliário calculadas pelo método linear, com base nas menores vidas úteis.
 - Passivo Circulares**
É demonstrado por títulos concedidos ou adquiridos quando aplicável os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
 - Efeitos Intangíveis**
Os resultados advindos pela empresa contemplam o montante líquido da correcção monetária das contas de Ativo Permanente e Patrimônio Líquido procedido com base em coeficientes oficiais.
 - Demonastrações Financeiras Complementares**
Elaboradas Para Referência Móvel de Poder Aquisitivo Constante
Em conformidade à instrução CVM nº 64 da Comissão de Valores Mobiliários foram elaboradas demonstrações financeiras complementares em moeda de poder aquisitivo constante de dezembro

Cimbarrá S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C./M.F. N° 33.134.024/0001-92

(espaço para o CGC)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: 1. Em cumprimento aos dispositivos estatutários vigentes, a Administração da Cimbarrá S.A. - Indústria e Comércio, submete a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990, acompanhado das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras. 2. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais julgados necessários, agradecendo a confiança dos acionistas e colaboradores. Santana do Araguaia-PA, 18 de março de 1991. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989 (EM CR\$)

	ATIVO		PASSIVO	
	1990	1989	1990	1989
CONTAS CIRCULANTE				
Disponível.....	554,00	—	Impostos e Encargos a Recolher.....	69.533,00
Adiantamentos.....	42.733,00	733,00	Adiantamentos.....	47.103,00
Aplicações Financeiras.....	25.886,00	—	Total do Circulante.....	116.636,00
Total do Circulante.....	69.173,00	733,00		51.538,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Controladas e Coligadas.....	311.769.193,00	8.788.587,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Depósitos Eletrobrás.....	—	8.240,00	Controladas e Coligadas.....	491.979.168,00
(- Prov. p/liv. Eletrobrás.....	—	(7.764,00)	Credores Diversos.....	297.385.751,00
Ações Eletrobrás.....	859,00	—	Total do Exigível a Longo Prazo.....	789.364.919,00
I.R. Antecipado na Fonte.....	69,00	24,00		4.340.931,00
Total do Realizável a Longo Prazo.....	311.769.262,00	8.789.946,00		
PERMANENTE				
Investimentos.....	860.415.381,00	114.893,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado.....	770.877,00	68.651,00	Capital Social.....	17.120.000,00
Total do Permanente.....	861.186.258,00	183.544,00	Reserva de Capital.....	144.729.974,00
TOTAL DO ATIVO.....	1.173.024.693,00	8.974.223,00	Prejuízo Acumulado.....	221.693.164,00
			Total do Patrimônio Líquido.....	303.543.138,00
			TOTAL DO PASSIVO.....	1.173.024.693,00
				8.974.223,00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM CR\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos	Total
Movimentação				
SALDOS EM 31.12.88.....	118.000,00	964.551,00	(591.494,00)	491.057,00
Aumento de Capital.....	964.000,00	(964.000,00)	—	—
Correção Monetária.....	—	16.042.182,00	(8.765.273,00)	7.276.909,00
Resultado do Exercício.....	—	—	(3.186.212,00)	(3.186.212,00)
SALDOS EM 31.12.89.....	1.082.000,00	16.042.733,00	(12.542.979,00)	4.581.754,00
Aumento de Capital.....	16.038.000,00	(16.038.000,00)	—	—
Correção Monetária.....	—	144.725.241,00	(106.003.737,00)	38.721.504,00
Resultado do Exercício.....	—	—	340.239.880,00	340.239.880,00
SALDO EM 31.12.90.....	17.120.000,00	144.729.974,00	221.693.164,00	383.543.138,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76. b) Os efeitos inflacionários sobre as Demonstrações Financeiras estão reconhecidos, através da Correção Monetária do Balanço, nas contas de Patrimônio Líquido, Ativo Permanente e Resultado do Exercício. c) Os valores a receber e a pagar com Coligadas foram atualizados em 31 de dezembro de cada ano, da seguinte maneira: 1990 - de acordo com a variação diária do BTN; 1989 - de acordo com a variação diária da LFT.

NOTA 2. CONTROLADAS E COLIGADAS:

	Ativo Em Cr\$	Passivo Em Cr\$		
	1990	1989	1990	1989
Empresa				
Indústrias Reunidas Caneco S.A.....	—	—	272.649.437,00	929.730,00
Disa - Destilaria Itaunas S.A.....	—	—	178.885.823,00	—
Apal S.A.....	123.215.274,00	—	—	—
Almasa S.A.....	—	—	40.443.908,00	—
Apal Ltda.....	188.518.529,00	—	—	—
Arthur Donato S.A.....	35.390,00	8.788.587,00	—	—
Engenavi S.A.....	—	—	3.411.201,00	—
Total do Longo Prazo.....	311.769.193,00	8.788.587,00	491.979.168,00	4.340.931,00
NOTA 3. INVESTIMENTOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL EM CONTROLADAS E COLIGADAS: Durante o ano de 1990 foram adquiridas ações de empresas coligadas, chegando no final do exercício com a seguinte posição:				
Descrição	Apal S/A	Dias	Apal Ltda.	Almasa
Ações/Quotas (Quantidades)				Total Cr\$
• Ordinárias.....	50.059.541.256	2.836.704.528	—	11.539.001.121
• Preferenciais.....	—	1.418.352.263	—	11.057.308.842
• Cotas.....	—	—	150	—
Total.....	50.059.541.256	4.255.056.791	150	22.596.309.963
Quantidade Possuída				
• Ações Ordinárias.....	32.200.532.836	2.235.625.368	—	11.539.001.107
• Ações Preferenciais.....	—	615.375.340	—	6.654.799.724
Total.....	32.200.532.836	2.851.000.708	100	18.193.800.831

SECRETARIA DE ESTADO DE
AGRICULTURA

PORTARIA N° 172/91 de 18.04.91

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 1º item I do Decreto Governamental nº 0153 de 20.03.91 e os despachos exarados no Ofício nº 276/91-GAB/SEAD de 03.04.91

RESOLVE:

DISPENSAR a partir de 01.04.91 o servidor GLAUCO BRITO FILHO, ocupante da função atividade Engenheiro Agrônomo matrícula nº 5103878-013, o qual foi admitido em 23.06.90, na forma da Lei nº 5.389 de 16.09.87.

DÉ-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE

SE GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, 18 de abril de 1991

Engº Agrº PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Agricultura

PORTARIA N° 173/91 de 18.04.91
O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 1º item I do Decreto Governamental nº 0153 de 20.03.91 e os despachos exarados no Ofício nº 276/91-GAB/SEAD de 03.04.91

RESOLVE:
DISPENSAR a partir de 01.04.91 o servidor JOSÉ EXPEDITO OLIVEIRA, ocupante da função atividade Motorista, matrícula 5179106-019 o qual foi admitido em 03.12.90 na forma da Lei nº 5.389 de 16.09.87

DÉ-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE

SE GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, 18 de abril de 1991

Engº Agrº PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Agricultura
(FAT. N° 10.001344, REG. N° 10.001344, DIA 23/04/91)

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS ATIVIDADES DO PROGRAMA PARAKANÁ - Com sede e Forno na cidade de TUCURUI, Estado do Pará, é criada a Associação do Apoio às Atividades do Programa Parakaná-AAPP, cujo Estatuto constitui uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito civil, criada através da Assembleia Geral dos profissionais que prestam serviço ao Programa Parakaná (CONVENTO FUNAI/ELETROMONTE); tendo por finalidade garantir aos associados condições de melhor prestar assistência aos índios Parakaná, assegurando-lhes

sociais para o melhor desempenho profissional, fornecendo apoio técnico e logístico às atividades do Programa, através da contratação de pessoal necessário ao cumprimento de suas metas e objetivos, garantindo-lhes assistência social e a seus dependentes. O patrimônio da AAPP será constituído de contribuição dos associados, doações e contribuições do Programa Parakaná ou de outras entidades, rendas-eventuais e dos bens adquiridos. Os funcionários lotados no Programa Parakaná e aqueles que vierem prestar serviços constituirão os associados da AAPP, que será administrada por um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro, empoados por Assembleia Geral, cujas atividades e organização administrativa obedecerão ao Regimento Interno que também institui três membros para o Conselho Fiscal.

TUCURUI, 23 de março de 1991. - Assembleia Geral

(FAT. N° 10.001339, REG. N° 10.001339, DIA 23/04/91)

ITAGRO AGRÍCOLA S.A.
CGC/MF. Nº 04.364.766/0001-06

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas da ITAGRO AGRÍCOLA S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 1991, às 10:00 horas, em sua sede social, a Rua Tamandaré nº 1315, em Belém-PA, e firmar deliberações sobre a seguinte Ordem do Dia:

I - ORDINARIAMENTE:

a) Exame, discussão e votação do Relatório de Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1990;

b) Aprovação da Expressão de Comitê Monetário do Capital e sua Capitalização (Art. 167 da Lei nº 6.404/76);

II - EXTRAORDINARIAMENTE:

c) Aumento do Capital Social e consequente alteração dos Estatutos Sociais;

d) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

COMUNICADO. Comunicamos aos Senhores Acionistas, que se encontram à disposição na sede social, a Rua Tamandaré, nº 1315, na cidade de Belém-PA, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1990. Belém, 20 de fevereiro de 1991.

MÁRIO JORGE GERMANOS - Conselho de Administração

(FAT. N° 10.001351, REG. N° 10.001351, DIAS 23, 24 E 25/04/91)

ERRATA

Portaria nº. 0201/90 - IDESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 26.697 - de 10 de abril de 1991.

I - CORREÇÃO DE ERROS:

| Matrícula | Nome |
<th
| --- | --- |

FÓSFORO DO NORTE S/A - CGC(MF) Nº 04.930.236/0001-88		BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO	
		Em milhares de cruzados novos	Em milhares de cruzados novos
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e bancos	1.443	1.252	
Avaliações financeiras	11.590		
Contas a receber controladas e coligadas	(2.147)	2.208	
Provisões para devedores duvidosos	63.540	1.191	
Estoques	8.866	865	
Outras contas a receber	2.879	86	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
Controlladas e coligadas - Eletrobras	263	57	
Emprestimos compulsorios	805	29	
Bacan - valores a ordens - Lei 8424	1.811		
PERMANENTE			
Investimentos	2.238	213	
Outros investimentos			
Imobilizado			
Imobilizações técnicas	205.553	20.430	
Reflorestamento e reservas florestais	139.544	13.847	
Depreciação	(-12.340)	(12.463)	
	219.757	21.614	
TOTAL DO ATIVO	306.977	26.365	
Demonstração do resultado dos exercícios em 31 de dezembro			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Vendas	277.772	9.559	
Deduzidos	30.340	(1.257)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	247.432	8.292	
Custo dos produtos vendidos	(124.075)	(5.906)	
LUCRO BRUTO	123.357	2.385	
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas		(202)	
Administrativas	(73.441)	(2.330)	
Finanças e Liquidação	(116.125)	(9.022)	
Outras Receitas e despesas oper. Líq.	(1.568)	4	
PREJUÍZO OPERACIONAL	(67.777)	(9.164)	
RECEITAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
Prejuízo monetário do balanço	924	3.528	
PREJUÍZO (RELAÇÃO) DO EXERCÍCIO	88.027	(5.669)	
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	0,92	0,25	
Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido			
Reservas de capital			
Correção monetária do Capital			
Subvenção para Investimentos			
Reservas de Lucros			
Prejuízos Acumulados			
Total			
Em cruzados novos			
Em 01 de janeiro de 1989	2.140	1.144	
Capitalização de reservas	1.017	(1.017)	
Correção monetária		19.038	
Prejuízo do exercício			
Em 31 de dezembro de 1989	1.157	19.165	
Em cruzados			
Ajuste de exercícios anteriores	18.974	(18.974)	
Capitalização de reservas		171.752	
Correção monetária			
Lucro do exercício			
Constituição da reserva legal			
Em 31 de dezembro de 1990	20.131	171.943	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990			
1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
1.1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 1990 foi promulgado o "Plano Brasil NOVO", tendo a moeda nacional voltado a denominar-se cruzeiro, com paridade de Cr\$1,00 por unidade de cruzado novo. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1990, estavam sendo apresentadas em cruzados novos, incluindo as operações de 12 de Janeiro a 15 de março de 1990 em cruzados novos, convertidos na mesma paridade.			
1.2. O resultado obtido em 1990 foi obtido com base no valor do BIMF da data do balanço, as demais contas de ativo e passivo, sujeitas a correção, foram, atualizadas monetariamente. O montante líquido dessas correções está refletido nos resultados do exercício.			
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS			
2.1. As contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido foram corrigidas monetariamente com base no valor do BIMF da data do balanço, as demais contas de ativo e passivo, sujeitas a correção, foram, atualizadas monetariamente. O montante líquido dessas correções está refletido nos resultados do exercício.			
2.2. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre os valores a receber.			
2.3. Os estoques não avaliados aos custos médios de produção ou de aquisição, são, quais não excedem os preços de mercado.			
2.4. O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, fabricação ou construção, menos depreciação acumulada, corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas adicionadas em lei, que levam em conta o tempo de vida útil-económica dos bens.			
2.5. Os investimentos são avaliados pelo valor do custo de aquisição corrigido monetariamente.			
3. O capital social em 31.12.90 estava representado por 23.138.706 de vagas nominativas de Cr\$0,87 (oitenta e sete centavos), sendo 13.448.278 ações ordinárias e 9.690.428 ações preferenciais.			
4. Em 13.12.90, foi firmado contrato particular de emissão de debêntures no valor de R\$ 100.000,00, emitidas a favor da MORGAN GUARANTY TRUST CO. DE NEW YORK. As debêntures não foram ate o momento emitidas.			
Este fato foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 01.11.90 e posteriormente ratificado em Assembleia Geral Extraordinária de 25.12.90.			
Belém, 31 de dezembro de 1990.			
WILTON SANTOS BRITO - Presidente LUIZ CARLOS RENALIX - Diretor CARLOS CRISTOVAM ALBUQUERQUE DE CASTRO - Contador - CRC-NR 6.300 - CPF Nº 237.858.022-34			

(FAT. Nº 10.001338, REG. Nº 10.001338, DIA 23/04/91)

PROMETAL CARAJÁS S/A
MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CGC/MF 55.430.490/0001-58

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da PROMETAL CARAJÁS S/A - Mineração, Indústria e Comércio, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no próximo dia 30 de abril de 1991, às 16:00 horas, nas dependências do Hotel Itacaiúnas, Folha 30, Quadra 14, Lote 01, em Marabá-PA, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

A - ORDINÁRIA

1. Exame e deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.90.

2. Aprovação da correção da expressão monetária do capital social.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração.

B - EXTRAORDINÁRIA

4. Fixação da remuneração global dos administradores.

5. Alteração do artigo 59 do estatuto social.

6. Outros assuntos de interesse social.

Marabá, 18 de abril de 1991

DONALD J.A. DE CAMARGO

Presidente Cons. Administração

(FAT. Nº 10.001313 - REG. Nº 10.001313 - DIAS: 22; 23 e 24/04/91)

PINHEIRO S/A - INDÚSTRIA MADEIREIRA C.G.C. 05.017.017/0001-75. Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária - Convocação - Convidam os Senhores Acionistas a se reunirem no dia 30 de abril de 1991 às 07:30 horas em Assembleia Geral Extraordinária na sede social da Empresa à Rua dos Mundurucus, 3028, Belém-PA, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia. AGE a) Aumentos do Capital Social Autorizado; b) Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. AGO, a) Apresentação e Aprovação do relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 1990; b) Capitalização da Reserva Monetária do Capital; c) O que ocorrer. Belém-PA, 16/04/1991 - Orlando Pinheiro do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração.

(FAT. Nº 10.001308 - REG. Nº 10.001308 - DIAS: 19, 22 e 23.04.91)

D. F. BASTOS S/A. - INDUSTRIAS ALIMENTICIAS - CGC nº 04906582/0001-20 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Convidamos os Senhores Acionistas de nossa Empresa a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que serão realizadas cumulativamente no próximo dia 30 de abril de 1991, às 9 (nove) horas, na sede social à Rodovia BR 316, Km 05, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1990; b) Aprovação da Correção da Expressão Monetária do Capital Social; c) Aplicação do Saldo a Disponibilidade da Assembleia Geral; d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1991; e) Fixação dos honorários dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1991; f) O que ocorrer. **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Aumento do Capital Social com a utilização de Reservas e Lucros Acumulados; b) Reforma do Estatuto Social. Ananindeua-Pará, 18 de abril de 1991. EMANUEL VILANOVA DE BASTOS - Diretor Presidente - CIC 000488872-34.

(FAT. Nº 10.001302 - REG. Nº 10.001302 - DIAS: 19, 22 e 23.04.91)

AGROTEP S/A AGROPECUÁRIA - CGC/MF 04.371.057/0001-59 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os Senhores Acionistas da AGROTEP S/A - AGROPECUÁRIA, para se reunirem em Assembleia Geral, a realizar-se no dia 30 de abril de 1991, às 12:00 (doze) horas, na sede social situada a Rua Santo Antônio, 187, Salas 6,7,8, neste cidade de Belém-Estado do Pará, a fim de discutirem a seguinte Ordem do Dia: 1- Apresentação e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e a Demonstração dos Resultados do exercício social em 31.12.90; 2- Aprovação da Correção Monetária do Capital Social, 3- Fixação dos honorários dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; 4- Outros assuntos de interesse da sociedade. Outrossim, acham-se a disposição dos Senhores Acionistas: a) Aumento do Capital Social com a utilização de Reservas e Lucros Acumulados; b) Reforma do Estatuto Social. Belém-PA, 04 de março de 1991. Dr. Juvenal Domingos Jardim Lopes - Presidente do Conselho de Administração.

(FAT. Nº 10.001324 - REG. Nº 10.001324 - DIAS: 22;23 e 24/04/91)

CAMAZON-CAMARÕES DA AMAZÔNIA S/A-CGC 15.308.356/0001-66, RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas da Camazón-Camarões da Amazonia S/A, dando cumprimento aos dispositivos legais, temos satisfação de submeter a V. Sessão o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990, acompanhado das respectivas notas explicativas. Belém (Pa), 20 de fevereiro de 1991. A Diretoria.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.1990

ATIVO	1990	1989
CIRCULANTE	431.325,61	74.767,77
Disponível		
Caixa e Bancos		
Valores Realizáveis a Curto Prazo	431.325,61	51.945,50
Adiantamentos		
Recursos Bloqueados P/Banco Central	16.289.021,98	1.073.230,60
PERMANENTE		
Imobilizado	10.533.173,07	962.190,69
Bens Imóveis		
Obras em Andamento	25.351,71	2.682,58
Infra-Estrutura	3.657.038,70	374.645,53
Diferido		
Gastos Pre-Operacionais	5.353.614,13	78.256,88
Desp. Adm. FINAN	183.682,95	11.568,18
Desp. Fiscalização SUDAM	122.625,78	9.063,49
Elaboração do Projeto	95.924,05	10.149,36
TOTAL DO ATIVO	16.720.341,59	1.347.373,97
PASSIVO		
1990	1989	
CIRCULANTE		
Instituição Financeira	176,00	-
Crédito de Acionistas	177	

TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1991

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB-PA
RELATÓRIO DA DIRETORIA EXERCÍCIO-1990

Senhores Acionistas:

A Diretoria da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA, cumprindo o que determina a Lei 6.404 de 15.12.1976, apresenta-lhes as Demonstrações relativas ao exercício de 1990, consubstanciadas no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, acompanhadas de Notas Explicativas e os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e dos Auditores Independentes.

Belém, 05 de abril de 1991

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990/1989
(Em milhares de cruzeiros e cruzados novos)

ATIVO	1990	1989	PASSIVO	1990	1989
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades	15.000	587	Forn.e Prest.Serviços	2.326	221
Estoques	797	78	Obrig.Provisionadas(Férias)	16.479	1.442
Tít.Val.Mob.Depreciação	19.756	1.253	Imp.Cont.Cons. e Recolher	14.271	1.510
Adiantamento	3.165	599	Obrig.Relat.a Empregados	12.575	-
Movt.de Seguros SFH	9.168	362	Prest.Empréstimos a Pagar	524.481	10.908
Despesas Antecipadas	347	16	Recebto.p/amort. de Dívida	209	28
Prest.a Rec.Curto Prazo	59.741	1.227	Rac.p/C.S.L.Ant.Amortização	1	217
Reduções na Prestação	22.167	2	Prêmios Seguros a Pagar	344	
Outros V.a Real.C.Prazo	4.760	207	Vls.de Transf. de Mutuário	12	1
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	134.901	4.331	Créditos a Repassar	266	716
			Vals.Creditores Transitórios	126	98
			Outros Val.Exig.C.Prazo	81.043	610
			TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	651.771	16.093
ATIVO REALIZÁVEL L.PRAZO			PASSIVO EXIGIVEL L.PRAZO		
Dev. p/V.Compromissadas	7.366.110	309.177	Emp.CEF Fase de Retorno	7.060.104	295.848
Dev.p/Cred.Repassados	311	2	Emp.CEF Fase de Carência	-	31.520
Bens Imov.Disp.Comercial	210.296	10.220	Creditores p/Rec.Vinculados	9	9
Proj.em Desenvolvimento	1.365	31.604	Dep.p/Fut.Aum ⁹ Capital	135.036	16.731
Terrenos	98.054	4.159	TOTAL DO EXIG. A L.PRAZO	7.195.151	344.108
Prest.a Rec. a L.Prazo	521	41	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros V.a Real..L.Prazo	30.632	2.272	Capital Soc.Realizado	7.061	487
TOTAL REAL.A L.PRAZO	7.707.289	357.475	Reservas de Capital	61.885	6.808
ATIVO PERMANENTE			Luc.ou Proj.Acumulados	(20.240)	(1.236)
Investimentos	20.544	533	TOTAL DO PAT.LÍQUIDO	48.706	6.059
Imobilizado	87.511	9.240			
(-) Dep. Acumulada	(54.617)	(5.319)	TOTAL DO PASSIVO	7.895.628	356.260
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	53.438	5.454			
TOTAL DO ATIVO	7.895.628	356.260			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Adv. PAULO BRITO CHERMONT Diretor Presidente CIC 000.387.502-44	Adv. LUIZ CARLOS HORÁCIO FREIRE Dir.Administrativo e Financeiro CIC 008.296.092-53
Arq. REGINA MARIA B. L. RIBEIRO Diretor de Constr.Urbanismo CIC 071.085.402-15	Adm. RAIMUNDO MARTINS FILHO Capt.NEGT DE S.VIANA Dir.Imob. e de Promoção Social CIC 041.828.522-00 CIC 005.244.702-53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO / EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990/1989
(Em milhares de cruzeiros e cruzados novos, exceto valor por ação)

	31.12.90	31.12.89
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.359.982	335.717
- Receitas Financeiras	187.625	7.018
- Receitas de Produção	8.801	647
- Receitas de Comercialização	13.864	493
- Receitas de Correção Monetária	7.189.692	327.559
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.309.264	323.868
- Despesas Financeiras	100.165	2.457
- Despesas de Produção	-	198
- Despesas de Comercialização	-	-
- Despesas Tributárias	329	43
- Despesas de Correção Monetária	7.208.770	321.169
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	90.718	11.849
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	210.817	10.253
- Despesas de Pessoal	120.532	6.332
- Encargos Sociais	50.188	2.653
- Serviços de Terceiros	32.526	933
- Despesas com Materiais	4.480	179
- Encargos Diversos	3.171	156
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO	(120.099)	1.596
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	114.227	4.340
SALDO DA CONTA DE CORREÇÃO MONETÁRIA	(1.364)	1.251
RESULTADO DO PERÍODO	(7.236)	7.187
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	Cr\$(14,66)	Ncz\$14,76

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APlicações DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de cruzeiros e cruzados novos)

DISCRIMINAÇÃO	1990	1989
1. Origens dos Recursos		
1.1. Operacionais		
Resultado Líquido do Período	(7.236)	7.187
Resultado da Correção Monetária	1.364	(1.251)
Depreciação do Período	2.184	114
Efeito Líquido de Ajustes de Exercício Anteriores	1.326	(4.345)
Variações Monetárias	(2.651)	(50)
1.2. De Terceiros		
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	6.851.043	319.222
TOTAL DAS ORIGENS	6.846.040	320.877

2. Aplicações de Recursos

Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo	7.349.814	832.470
Aumento de Bens Imobilizado	250.11	-
Aumento de Investimentos	1.084	-
TOTAL DAS APlicações	7.351.148	832.470
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(505.108)	(11.593)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Ativo Circulante		
No início do exercício	4.331	273
No fim do exercício	134.901	4.331
Aumento no Ativo Circulante	130.570	4.058
Passivo Circulante		
No início do exercício	16.093	442
No fim do exercício	651.771	16.093
Aumento do Passivo Circulante	635.678	15.651
Capital Circulante Líquido	(505.108)	(11.593)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 90/89

(Em milhares de cruzeiros e cruzados novos)

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL /SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.89	487	6.808	(1.236)	6.059
Aumento de Capital mediante Incorporação de Reservas	6.574	(6.574)	-	-
Ajusta de Exercícios Anteriores	-	61.651	(1.326)	(1.326)
Correção Monetária	-	-	(10.442)	51.209
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(7.236)	(7.236)
SALDO EM 31.12.90	7.061	61.885	(20.240)	48.706

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM

31 DE DEZEMBRO DE 1990/1989

(Valores expressos em milhares de cruzeiros e cruzados novos)

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB-PA, é uma Sociedade de Economia Mista, tendo por objetivo principal repassar recursos da Caixa Econômica Federal-CEF para at

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA, tendo examinado o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990, bem como os documentos dos atos e fotos que lhes deram origem e ainda louvando-se ao "Parecer dos Auditores Independentes", declaram em perfeita ordem a situação da Empresa e, manifestam-se favorável à aprovação pela Assembléa Geral Ordinária dos Senhores Acionistas de todas as contas e atos praticados pela Diretoria no referido exercício.

Belém, 05 de abril de 1991
Cons. Carlos Alberto Lamarão Cons. Francisco Cezar N. da Silva Cons. Sandra Silvia T. Santos

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA abaixo assinados cumprindo o disposto no item V do Artigo 142 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo examinado o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31.12.90, bem como o "Parecer dos Auditores Independentes", sobre as referidas Demonstrações, declaram haver encontrado tudo em perfeita ordem e correção, recomendando-os à aprovação da Assembléa Geral dos Acionistas.

Belém, 05 de abril de 1991
Paulo Brito Chermont Carlos Alberto D. Castilho Franciso Olimpio da Silva Netto
Conselheiro Presidente Membro Membro
Gilvandro José G. Furtado Ismar Pereira da Silva Lídia de Moraes Nogueira
Membro Membro Membro

(FAT. Nº 10.001345, REG. Nº 10.001345, DIA 23/04/91)

COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL - CGC Nº 05.620/0001-01 - RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Ss., o Balanço Geral, o Demonstrativo de Resultado e demais componentes referente ao exercício social encerrado em 31.12.1990 todos os ajustados às normas estabelecidas pela legislação específica vigente. Outrossim, esta Diretoria coloca-se a inteira disposição de V.Ss., para quaisquer esclarecimentos julgados necessários à definitiva elucidação dos resultados espelhados nas pegas técnicas a que inicialmente nos reportamos. Belém/PA, 18 de Abril de 1991. CARLOS LIMA CHADY-Diretor Administrativo CIC Nº 003.482.322-20, MARIA CONS-
TANCIA CARDOSO MORAIS Contadora CRC-2684 CIC Nº 028.895.522-68.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990

ATIVO	31.12.90	31.12.89	PASSIVO	31.12.90	31.12.89
CIRCULANTE	12.599.924	729.648	CIRCULANTE	16.910.181	607.972
DISPONÍVEL	431.813	721.158	DÉBITOS	16.910.181	607.972
Caixa	26.745	182.340	Fornecedores	-	-
Bancos	405.068	708	Outr. Soc. Trab. Trib.	760.448	61.959
Vlrs. Conv. Imediata	-	538.110	Inst. Financeiras	16.090.000	500.000
DÉBITOS	12.168.111	8.340	Tit. a Pagar/Cred. Divrs.	-	-
Adiantamentos	-	-	Prov. p/I. Renda	59.733	46.013
Vlrs. a Receber	12.168.111	8.111	EXERCÍCIO A LONGO PRAZO	-	590.000
Salário Família	-	229	Inst. Financeiras	-	590.000
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	676	676	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	295.882.708	31.294.411
Créditos	676	676	CAPITAL SOC. REALIZADO	31.243.200	3.368.000
Vlrs. a Receber/b. corp.	676	676	RESERVAS DE CAPITAL	264.065.358	27.783.880
PERMANENTE	300.192.289	31.762.209	Cor. Monet. do Capital	264.065.358	27.783.880
INVESTIMENTOS	3.415.275	584	RESERVAS DE LUCROS	472.531	37.060
Coligadas CONCRE	3.420.795	584	Reserva legal	360.212	37.047
Participações Minoritárias	5.520	-	Res. p/Aum. Capital	112.319	13
IMOB. TERRAS	303.607.564	31.761.625	RESULTADOS ACUMULADOS	101.619	85.471
Ind. Tec. Tengiveis	316.320.560	33.106.739	Result. do Exerc. Atual	101.619	85.471
(-)Despes. Acumulados	12.712.996	1.345.114	TOTAL DO PASSIVO	312.792.889	32.492.383
TOTAL DO ATIVO	312.792.889	32.492.383			

UNCÁRIA S.A.

CGC Nº. 04.657.839/0001-58

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da UNCÁRIA S.A., para se reunirem, em sua sede social, na Rod. BR-316, Km 20 (Parte), Benfevides, Estado do Pará, no dia 29 de abril de 1991, às 11:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras; b) Fixar a remuneração dos administradores; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; d) Aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social e do limite do Capital Autorizado; e) Alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

Benfevides, 16 de abril de 1991.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(FAT. Nº 10.001294 - REG. Nº 10.001294 - DIAS: 19, 22 e 23.04.91)

COPEM-CONSTRUTORA PARAENSE DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A.

C.G.C.(MF) Nº 04.970.687/0001.49

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA(CONVOCAÇÃO)

Convidamos os Senhores Acionistas de COPEM-CONSTRUTORA PARAENSE DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A, a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 29/04/91, as 10:00 horas, na sede da Empresa na Rod. do Coqueiro, Ramal 40 Horas, estrada Içá, s/n, Município de Ananindeua, Estado do Pará, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.90; 2) Aprovação da Correção da Expressão Monetária do Capital Social e consequente aumento do Capital; 3) Outros assuntos de interesse social.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1) Aumento do Capital Social; 2) Alteração estatutárias; 3) O que ocorrer.

Comunicamos, outrossim, que acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na Sede da Empresa, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76.

Ananindeua, PA, 17 de Abril de 1991.

JAYME SOARES Presidente do Conselho de Administração

(FAT. Nº 10.001273 - REG. Nº 10.001273 - DIAS: 19, 22 e 23/04/91)

ARAPUÁ NORTE AGROPECUÁRIA DE EXPORTAÇÃO S/A.

CGC. n. 05.880.558/0001-89°

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem às 10:00 horas do dia 30 de abril de 1991, na sede social a Rodovia Belém-Brasília, Km 1713, Ourém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - Apreciar e votar as Demonstrações Financeiras correspondente ao exercício social findo em 31.12.1990; 2 - Elevar o Capital Social Autorizado de Cr\$ 30.000.000,00 para Cr\$ 240.000.000,00 com consequente alteração do artigo 59 do Estatuto Social; 3 - Aprovar a Correção da Expressão Monetária do Capital Social realizado, com sua consequente elevação de Cr\$ 26.100.000,00 para Cr\$ 230.237.289,00 permanecendo inalterada a quantidade de ações que compõem o Capital Social; 4 - Eleição do Conselho Fiscal; 5 - Fixar o montante global da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria. Ourém, 18 de abril de 1991. Jorge Wilson Simeira Jacob, Presidente do Conselho de Administração.

(FAT. Nº 10.001319 - REG. Nº 10.001319 - DIAS: 22, 23 e 24.04.91)

COMPANHIA AGRO PECUÁRIA SIMEIRA

CGC n. 05.096.755/0001-56

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem às 10:30 horas do dia 30 de abril de 1991, na sede social à Rodovia Belém-Brasília, Km 1713, Ourém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - Apreciar e votar as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício social findo em 31.12.1990; 2 - Elevar o Capital Social Autorizado de Cr\$ 15.000.000,00 para Cr\$ 140.000.000,00 com consequente alteração do artigo 59 do Estatuto Social; 3 - Aprovar a Correção da Expressão Monetária do Capital Social realizado, com sua consequente elevação de Cr\$ 14.068.693,00 para Cr\$ 132.966.606,00 permanecendo inalterada a quantidade de ações que compõem o Capital Social; 4 - Eleição do Conselho Fiscal; 5 - Fixar o montante global da remuneração do Conselho e Diretoria. Ourém, 18 de abril de 1991. Jorge Wilson Simeira Jacob, Presidente do Conselho de Administração.

(FAT. Nº 10.001320 - REG. Nº 10.001320 - DIAS: 22, 23 e 24.04.91)

AGROPECUÁRIA RIO SÃO JOÃO S.A.-CGC.MF.nº 05.023.692/0001-07.

CONVOCAÇÃO - Convocamos os senhores acionistas da Agropecuária Rio São João S.A., para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 1991, às 10:00 horas, na sede social à Rua Avertono Rocha, nº 392, nessa capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1 - Apreciar, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração referente ao exercício encerrado em 31.12.90; 2 - Aprovar a Correção da Expressão Monetária do Capital Social e a sua capitalização; 3 - Deliberar sobre a distribuição de dividendos; 4 - Fixar a remuneração dos administradores; 5 - Elevar o limite do capital autorizado dando nova redação ao Artigo 59 do Estatuto Social; 6 - Conveniência de instalação do Conselho Fiscal e sua eleição, se for o caso; 7 - Outros assuntos de interesse social. Belém, 16 de abril de 1991. Antônio Delapieve-Presidente do Conselho de Administração.

(FAT. Nº 10.001310 - REG. Nº 10.001310 - DIAS: 22, 23 e 24.04.91)

MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO P/ O EXERCÍCIO DE 1990

HISTÓRICOS	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RESERVAS DE			RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CAPITAL	REVALUAÇÃO	LUCROS		
Saldo em 31.12.1988	457.728	2.907.878	-	3.209	23.087	3.391.962
Tif.p/Res.Aum.Capital	-	-	-	23.087	23.087	-
Aum.Cap.-AGO-15.03.89	2.907.922	2.907.922	-	-	-	-
Aum.Cap.-AGO-15.03.89	22.350	-	-	22.350	-	-
Cor.Monet.Dez/89	-	27.783.924	-	33.034	-	27.816.958
Lucro Liq.Exerc./89	-	-	-	-	89.969	89.969
Constituição Res.Legal	-	-	-	-	4.498	4.498
Saldo em 31.12.1989	3.308.000	27.783.000	-	37.060	85.471	31.294.411
Tif.p/Res.Aum.Capital	-	-	-	85.471	85.471	-
Aum.Cap.-AGO-30.04.90	27.781.600	27.781.600	-	-	-	-
Aum.Cap.-AGO-30.04.90	73.600	-	-	73.600	-	-
Cor.Monet.Dez/90	-	264.063.078	-	423.600	-	264.486.678
Lucro Liq.Exerc./90	-	-	-	-	111.574	111.574
Constituição Res.Legal	-	-	-	-	9.955	9.955
Saldo em 31.12.1990	31.243.200	264.063.368	-	472.531	101.619	295.092.708
DEMONST. RES. DO EXERC.FIN. EM 31.12.1990	31.12.90	31.12.89				
					31.12.90	31.12.89
RECEITA BRUTA	13.593.748	1.275.000				
Receita B.Operacional	13.593.748	1.275.000				
(-)Custos Operacionais</						

COORDENADORIA FINANCEIRA
COTA-PARTE DO ICMS
PERÍODO=11.03 A 15.03.91

MUNICIPIO	CONTA	VALOR
1a. REGIAO		304.006.313,77
BELEM	170.001-4	304.006.313,77
2a. REGIAO		43.326.315,50
S. MIGUEL GUAMA	170.002-2	2.960.631,56
CASTANHAL	170.003-0	21.518.736,70
COLARES	170.004-9	649.894,73
CURUCA	170.005-7	1.227.578,94
IGARAPE-ACU	170.006-5	1.660.842,09
INHANGAPI	170.007-3	794.315,78
M. BARATA	170.008-1	649.894,73
MARACANA	170.009-0	866.526,31
MARAPANIM	170.010-3	866.526,31
S. ISABEL PARA	170.011-1	6.065.684,17
S. MARIA PARA	170.012-0	1.083.157,89
S. ANTONIO TAU	170.013-8	1.444.210,52
S. CAETANO ODIVELAS	170.014-6	938.736,84
S. FRANCISCO PARA	170.015-4	1.371.999,99
VIGIA	170.016-2	1.227.578,94
3a. REGIAO		43.254.104,98
CURIONOPOLIS	170.017-0	2.671.789,46
PACAJAS	170.018-9	866.526,31
PARAJAPEBA	170.019-7	2.527.368,40
ITUPIRANGA	170.020-0	2.021.894,72
JACUNDA	170.021-9	2.455.157,88
MARABA	170.022-7	16.247.368,32
RONDON PARA	170.023-5	3.321.684,19
S. JOAO ARAGUAIA	170.024-3	1.588.631,57
BREJO GRAN.ARAGUAIA	170.025-1	866.526,31
BOH JESUS TOCANTINS	170.026-0	794.315,78
TUCURUI		9.892.842,04
4a. REGIAO		81.236.841,57
ALENQUER	170.027-8	1.588.631,57
ALMEIRIM	170.028-6	29.245.262,96
AVEIRO	170.029-4	722.105,26
RUROPOLIS	170.030-8	722.105,26
FARO	170.031-6	1.010.947,36
ITAITUBA	170.032-4	8.665.263,10
JURUTI	170.033-2	1.010.947,36
MONTE ALEGRE	170.034-0	1.805.263,15
OIBIDOS	170.035-9	2.094.105,25
ORIXIMINA	170.036-7	4.477.052,60
PRAINHA	170.037-5	2.455.157,88
SANTAREM	170.038-3	27.439.999,82
5a. REGIAO		15.019.789,37
AFUA	170.039-1	1.444.210,52
ANAJAS	170.040-5	1.010.947,36
BAGRE	170.041-3	866.526,31
BREVES	170.042-1	3.610.526,29
CHAVES	170.043-0	938.736,84
CURRALINHO	170.044-8	866.526,31
GURUPA	170.045-6	1.083.157,89
HELGACO	170.046-4	1.010.947,36
OEIRAS DO PARA	170.047-2	866.526,31
PORTEL	170.048-0	2.527.368,40
S. SEBASTIAO B VISTA	170.049-9	794.315,78
6a. REGIAO		61.234.525,92
ABAETETUBA	170.050-2	2.032.842,09
BAIAO	170.051-0	1.010.947,36
BARCARENA	170.052-9	50.691.789,14
CAMETA	170.053-7	2.599.578,93

MARABÁ AGRO PASTORIL S. A.
C.G.C.M.F. nr.05.162.045/0001-86
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária/Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas simultaneamente em 29 de abril de 1.991, às 8:00 horas, na sede social à Fazenda Barreira Branca, Marabá (PA), á fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1) EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA :

- 1.1 Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.90;
- 1.2 Aumento do Capital Social mediante correção de sua expressão monetária, sem emissão de ações, nos termos do artigo 167, da Lei nr. 6.404, de 15.12.76, com a consequente reforma do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social.;
- 1.3 Ratificação de atos da Administração referentes aos seus honorários
- 1.4 Eleição da Diretoria e fixação dos seus honorários;

2) EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- 2.1 Proposta da Diretoria para: A) Grupamento das ações representativas do Capital Social, na proporção de 1.000 (um mil) ações para 1 (uma) ação, com a consequente reforma do "caput" do artigo quinto do Estatuto Social., B) Aumento do Capital Social, mediante subscrição particular, em dinheiro, com a emissão de 4.222.738 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, após o grupamento das ações, ao preço de Cr\$ 21,55 por ação, dos quais Cr\$ 1,00 destinado a Conta Capital, e Cr\$ 20,55 a Conta Reserva de Ágio, com o pagamento integral no ato da subscrição.
- 2.2 Outros assuntos de interesse social.

Marabá, 15 de abril de 1.991.

(a) Diretoria

(FAT. nº 10.001266 - Reg. nº 10.001266 - Dias: 19, 22 e 23/04/91)

IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A - CGCMF 04.893.996/0001-62
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas para a reunião de Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede da Empresa, avenida Conselheiro Furtado n°76, Bairro das Juremas, nesta Cidade, no dia 30 de abril do corrente ano, às 17:00 (dezassete) horas, para deliberação sobre: a) Relatório da Diretoria; b) Balanço Patrimonial e Demais demonstrações financeiras encerradas em 31.12.1990 e prestação de contas da diretoria; c) que ocorrer; d) Aumento do Capital Autorizado; e) Eleição da Diretoria e Conselho de Administração; f) Capitalização da Reserva da Correção Monetária do Capital Integralizado; g) Outros assuntos de interesse social.

Belém, 22 de abril de 1991

A DIRETORIA

(FAT. nº 10.001350, REG. nº 10.001350, DIAS 23, 24 E 25/04/91)

NORTE HOTELARIA S/A - CGC/MF 05.441.767/0001-40. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os acionistas da NORTE HOTELARIA S/A, para as reuniões de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizarão em primeira convocação, no dia 30 de abril do ano em curso, às 18:00 horas, na sede social da empresa. à Av. Governador José Malcher, 465 a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos: a) Apreciação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1990; b) Fixação dos Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria; c) Aumento do capital social autorizado bem assim do capital realizado pela incorporação de reservas; d) Eleição do Conselho de Administração; e) Alteração parcial dos Estatutos Sociais; f) O que ocorrer. Outrossim, comunicamos que se acham à disposição dos senhores acionistas, em nossa sede social, situada a Av. Governador José Malcher, nº 465, no horário das 14:00 às 18:00 horas, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1990. Belém(PA), 17 de abril de 1990. a) Arthur dos Santos Melo- Presidente do Conselho de Administração.

(FAT. Nº 10.001307 - REG. Nº 10.001307 - DIAS: 19, 22 e 23.04.91)

INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A - INCA - CGC/MF N° 04.990.958/0001-28
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
Pelo presente ficam convocados os senhores acionistas da INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A-INCA, para uma Assembleia Geral Extraordinária e uma Assembleia Geral Ordinária, que terão lugar na Sede Social da Empresa a Rodovia BR 316 KM 11, Município de Ananindeua-Pa, no dia 30 de abril de 1991. A Assembleia Geral Ordinária terá inicio logo após o encerramento da Assembleia Geral Extraordinária. A ordem do dia será a seguinte:
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Aumento do Capital Social Autorizado; b) Outros Assuntos de interesse para a Sociedade. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Apreciação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990; b) Fixação dos honorários do Conselho de Administração; c) Capitalização da Reserva da Correção Monetária do Capital Integralizado; d) Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Ananindeua-Pa, 16 de abril de 1991
Rogério Fernandez Filho - Presidente do Conselho de Administração

(FAT. Nº 10.001297 - REG. Nº 10.001297 - DIAS: 19, 22 e 23.04.91)

FLORESTA AZUL S/A - CGC/MF: 14.915.755/0001-20
REGISTRO NA C.V.N. Nº 50303-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FICAM CONVIDADOS OS SENHORES ACIONISTAS A SE REUNIREM EM ASSEMBLÉIA GERAL, NA SÉDE SOCIAL DA EMPRESA, SITIO À RUA SENADOR MANOEL BARATA, 718 SALA 1101, NA CIDADE DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, ÀS 9:00 HORAS DO DIA 23 DE MÊS DE MAIO DO ANO DE 1991, A FIM DE DELIBERAREM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: "ORDINARIAMENTE": a) APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31.12.1990 E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA; b) CAPITALIZAÇÃO DA EXPRESSÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO; c) O QUE OCORRER; "EXTRAORDINARIAMENTE": a) AUMENTO DO CAPITAL AUTORIZADO; b) NOVA EDIÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL; c) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE; EXCETO A DISPOSIÇÃO DOS SRS. ACIONISTAS, OS DOCUMENTOS REFERENTES AO ARTIGO 133 DA LEI 6.404/76. BELÉM(PA), 18 DE ABRIL DE 1991. a) A DIRETORIA.

(FAT. Nº 10.001327 - REG. Nº 10.001327 - DIAS: 22,23 e 24/04/91)

IGARAPE-MIRI 170.054-5 1.299.789,47
LIMOEIRO AJURU 170.055-3 794.313,78
MOCAJUBA 170.056-1 1.805.263,15

7a. REGIAO CONC. ARAGUAIA 170.058-8 36.394.105,02
REDENCAO 170.059-6 2.960.631,56
RIO MARIA 170.060-0 8.159.789,41
SANTANA ARAGUAIA 170.061-8 3.530.315,77
S.MARIA BARREIRAS 170.062-6 1.733.052,62
S. FELIX XINGU 170.063-4 4.765.894,71
TUCUMAN 170.064-2 2.238.526,30
OURILANDIA NORTE 170.065-0 2.166.315,78
XINGUARA 170.066-9 7.004.421,00
S.GERALDO ARAGUAIA 170.067-7 2.021.894,72

8a. REGIAO PARAGOMINAS 170.068-5 24.840.420,89
CAPITAO POCO 170.069-3 1.949.684,20
IRITUIA 170.070-7 1.805.263,15
MAE DO RIO 170.071-5 1.733.052,62
GARRAFAO DO NORTE 170.072-3 1.010.947,36
S. DOMINGOS CAPIM 170.073-1 2.238.526,30

9a. REGIAO ANANINDEUA 170.074-0 53.724.631,22
BENEVIDES 170.075-8 48.381.052,31
5.343.578,91

10a. REGIAO ALTAMIRA 170.076-6 11.048.210,46
MEDICILANDIA 170.077-4 7.509.894,69
URUARA 170.078-2 722.105,26
PORTO DE MOZ 170.079-0 577.684,21
SEN. JOSE PORFIRIO 170.080-4 1.155.368,41

11a. REGIAO D.ELIZEU 170.083-9 2.238.526,30
12a. REGIAO CAPANEMA 170.084-7 26.284.631,40
AUGUSTO CORREA 170.085-5 12.492.420,97
BRAGANCA 170.086-3 938.736,84
NOVA TIMBOTEUA 170.087-1 3.393.894,71
PEIXE-BOI 170.088-0 794.315,78
PRIMAVERA 170.089-8 649.894,73
S.JOAO PIRABAS 170.090-1 577.684,21
VISEU 170.092-0 1.877.473,67

13a. REGIAO TOME-ACU 170.095-2 5.126.947,34
BUJARU 170.095-7 866.526,31
CONCORDIA DO PARA 170.097-9 794.315,78
MOJU 170.097-0 2.382.947,35
ACARA 170.098-7 2.527.368,40
TAILANDIA 170.099-5 2.310.736,83

14a. REGIAO SOURE 170.101-0 5.487.999,96
S.CRUZ ARARI 170.102-2 1.155.368,41
SALVATERRA 170.102-9 722.105,26
CACHOEIRA DO ARARI 170.103-7 866.526,31
PONTA DE PEDRAS 170.104-5 866.526,31
HUANA 170.105

UNCÁRIA S/A

CGCMF - 04.657.839/0001-58

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989

ATIVO	1990 Cr\$	1989 NC\$	PASSIVO	1990 Cr\$	1989 NC\$
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	23.001	9.195	Créditos Bancários	579.646.924	25.542.781
Estoques	1.923	2.051	Encargos Tributários	12.392	733
Devedores Diversos	1.598	1.032	Contas a Pagar e Prov. Diversas	979.401	68.299
	26.522	12.278		580.638.717	25.611.813
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Contas a Receber — Terceiros	1.136	—	Empréstimos em Moeda Estrangeira	163.958.125	13.646.985
Depósitos Compulsórios	—	4.547	Empréstimos c/Controladas e Coligadas	228.058.194	14.175.474
	1.136	4.547		392.016.319	27.822.459
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
INVESTIMENTOS			CAPITAL SOCIAL		
Participação p/Inc. Fisc./Embraer-Finam	695.961	73.637	Capital Nacional	57.731.849	3.644.132
	695.961	73.637	Capital Estrangeiro	4.384.928	282.620
IMOBILIZADO				62.116.777	3.926.752
Custo + Correção Monetária	507.672.619	53.783.624	RESERVAS DE CAPITAL	537.259.106	59.490.939
Depreciação Acumulada	(180.023.795)	(14.878.663)			
	327.648.824	38.904.961	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS		
DIFERIDO	227.249.707	24.044.431	Lucro (Prej.) Líquido do Exercício	(522.914.316)	(7.756.668)
Custo + Correção Monetária	(80.817.825)	(6.953.705)	Lucro (Prej.) Líquido de Exerc. Anter.	(574.312.278)	(53.009.146)
Amortização Acumulada				(1.097.226.594)	(60.765.814)
	146.431.882	17.090.726		(497.850.711)	2.651.877
	474.776.667	56.069.324		474.804.325	56.086.149
TOTAL DO ATIVO	474.804.325	56.086.149	TOTAL DO PASSIVO		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/90 E 31/12/89

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 1988	454.301	3.554.689	(3.358.410)	650.580
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.472.451	(3.472.451)	177.099	177.099
Transf. p/Capital conf. AGO de 30/04/89	—	59.408.701	(49.767.835)	9.640.866
Correção Monetária do Patr. Líquido	—	—	(7.756.668)	(7.756.668)
Lucro (Prej.) Líq. do Exercício	—	—	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 1989	3.926.752	59.490.939	(60.765.814)	2.651.877
Transf. p/Capital conf. AGO de 28/04/90	58.190.025	(58.190.025)	—	—
Correção Monetária do Patr. Líquido	—	535.958.192	(513.546.464)	22.411.728
Lucro (Prej.) Líq. do Exercício	—	—	(522.914.316)	(522.914.316)
Saldos em 31 de Dezembro de 1990	62.116.777	537.259.106	(1.097.226.594)	(497.850.711)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989

1990 Cr\$	1989 NC\$
ORIGENS	
Redução do Realizável a Longo Prazo	3.411
Baixa de Bens do Imobilizado	737.930
Ajustes de Exercícios Anteriores	—
Aumento do Exigível a Longo Prazo	10.399.867
TOTAL DAS ORIGENS	11.141.208
APLICAÇÕES	
(Lucro) Prej. Líquido do Exercício	522.914.316
Mais: Itens debitados e/ou creditados ao resultado que não representam movimentação de numerário:	
Depreciação e Amortizações	(27.326.965)
Resultado da Correção Monetária	423.917.775
Variação Monetária s/Empr. L. Prazo	(353.794.073)
TOTAL APPLICADO NAS OPERAÇÕES	565.711.053
Diminuição do Exigível a L. Prazo	24.745.069
Aumentos:	
Realizável a Longo Prazo	—
Imobilizado	442.815
Diferido	—
TOTAL NOS AUMENTOS	442.815
TOTAL DAS APLICAÇÕES	566.153.868
Aumento (Diminuição) Capital Circulante	(555.012.660)
CAPITAL CIRCULANTE	
No final do Exercício	(580.612.195)
No início do Exercício	(25.599.535)
	(555.012.660)
DIRETORIA	
NORBERT GMUER	ANDREAS K. DANIEL HEUSLER
Diretor	Diretor
CARLOS A.S.OLIVEIRA	
Tec. Contabilidade	
CRC/SP 129.923-S-PA	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 E 1989

1990 Cr\$	1989 NC\$
LUCRO BRUTO	
Despesas de Administração e Vendas	(40.267.761)
Despesas e Receitas Financeiras	(907.889.102)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	1.051
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(948.165.812)
Resultados não Operacionais	1.333.721
Resultado da Correção Monetária	423.917.775
RESULTADO ANTES DO IMPÔTO DE RENDA	(522.914.316)
Provisão p/Imposto de Renda	—
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.756.668)

NOTAS EXPLICATIVAS - 31 DE DEZEMBRO DE 1990

NOTA 1 — PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A. EFEITOS INFLACIONÁRIOS

São reconhecidos mediante:
Correção Monetária com base na variação do BTN(f) das contas do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido
O valor líquido da correção monetária do balanço é refletido no resultado do exercício.

B. IMOBILIZADO

É demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido da correção monetária, menos a depreciação acumulada, de acordo com a legislação vigente.

C. DEPRECIAÇÕES

As depreciações foram calculadas pelo método linear, segundo as taxas permitidas pela legislação fiscal vigente.

NOTA 2 — CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de Cr\$ 70.000.000,00, dividido em 20 milhões de ações ordinárias, 20 milhões de ações preferenciais Classe "A" e 40 milhões de ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

O Capital Subscrito e Integralizado está dividido em 171.517.208.402 ações ordinárias nominativas, 3.635.563.473 ações preferenciais nominativas Classe "A" e 375.094.596.923 ações preferenciais nominativas Classe "B", todas sem valor nominal.

O Capital Estrangeiro é de Cr\$ 4.384.928,34, equivalente à SWFr 2.026 mil, representado por 12.965.246.929 ações ordinárias nominativas e 26.004.299.304 ações preferenciais Classe "B", estando o mesmo registrado no Banco Central do Brasil.

Os detentores de ações preferenciais não tem direito a voto.

As ações preferenciais Classe "A" foram subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia FINAM.

(FAT. N°10.001364, Reg. N°10.001364-Dia 23/04/91)

AGRICOLA MISTA MARAJÓARA S/A-AGRIMAR - CGC: 04.335.238/0001-29
Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. CONVOCACAO: Elas convocadas os Senhores Acionistas se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 30/04/91, às 10:00h, na sede social situada a Rod. PA 146-Km 20 no Município de Santa Izabel do Pará, a fim de deliberarem sobre o seguinte item do Dia: 1) Assembleia Geral Ordinária(a) Presença dos titulares das ações ordinárias e preferenciais; 2) Aprovação de contas de gestão dos administradores; 3) Exame e discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/90. b) Deliberação sobre a destinação dos resultados obtidos no exercício social encerrado em 31/12/90. c) Eleição do Conselho de Administração, para exercer seu mandato a partir de 01/05/91. d) Eleição do Conselho Fiscal, para exercer seu mandato a partir de 01/05/91. e) Eleição do Conselho de Auditoria, para exercer seu mandato a partir de 01/05/91. f) Eleição dos membros da Diretoria para o triênio 30/04/91 a 30/04/94. g) Autorização para a capitalização ou incorporação da correção monetária ao capital da empresa e consequente alteração dos artigos 7º e 8º dos Estatutos Sociais; h) Assuntos de interesse Social. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Alteração da denominação dos membros da Diretoria Executiva; b) O que ocorrer. (FAT. N° 10.001318 - REG. N° 10.001318 - DIAS: 22, 23 e 24/04/91)

AGRÍCOLA MECANIZAÇÃO S/A - CGC: 04.847.570/0001-72
Editorial de Convocacão: Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará, para reunir-se em caráter extraordinário, no dia 30 de Abril de 1991 corrente, às 16:00 hs(dezesseis horas), na sede da empresa, à Rodovia BR-163 KM-00, Km.03 - Rua Magalhães n°26 - Município de Ananindeua - Estado do Pará, quando serão discutidos e votados os seguintes assuntos:
a) Exame, discussão e votação das contas dos administradores do balanço geral, das demais demonstrações financeiras e documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1990;
b) Exame e votação da correção monetária do Balanço e capitalização da reserva dela resultante, com a consequente reforma estatutária para alteração do Artigo 5º;
c) Deliberação sobre o resultado do exercício;
d) O que ocorrer.
Ananindeua(PA), 22 de Abril de 1991
Bernardino Costa Rezende
Pres. do Cons. de Adm.

TINÓCO INDUSTRIAL S/A,
CGC: 04.976.775/0001-58

AVISO

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas de TINÓCO INDUSTRIAL S/A., para a reunião de Assembleia Geral a realizar-se em caráter ordinário, no dia 30 de Abril de 1991 corrente, às 16:00 hs(dezesseis horas), na sede da empresa, à Rodovia BR-163 KM-03 - Rua Magalhães n°26 - Município de Ananindeua - Estado do Pará, quando serão discutidos e votados os seguintes assuntos:

- a) Exame, discussão e votação das contas dos administradores do balanço geral, das demais demonstrações financeiras e documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1990;</li

COMÉRCIO DE MAQ. E MOTORES DO BRASIL S/A-COBRAS
CCG.04916664/0001-56
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
CONVOCAÇÃO

Picam convidados os senhores Acionistas de Com. de Máquinas e Mot. do Brasil S/A-COBRAS, para cumulativamente, na sede da empresa, a Tv. Rumaita, nº 967 nessa cidade de Belém do Pará, no dia 30 de abril de 1991, às 17,00 horas, deliberarem sobre as seguintes matérias: I)-EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA a)-Tomada de contas da Diretoria relativas ao exercício de 1991 ano base de 1990 consubstanciado no Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, bem como relatório da Diretoria; b)-Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; c)-Aprovação da nova expressão monetária do capital Social, inclusive decidir sobre a sua capitalização; d)-O que ocorrer. II)-EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA : - a)-Aumento do Capital Social com a incorporação de reservas disponíveis de acordo com a nova Lei 6404 de 15.12.1976; b)-Consequentemente Alteração dos Estatutos Sociais; c)-Eleição dos membros da Diretoria e a fixação dos seus honorários; d)-Ratificar a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de março de 1991; e)-O que ocorrer. OUTROSSIM, comunicamos aos senhores acionistas, que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que trata o artigo 133 da Lei 6404 de 15.12.1976. Belém, 19 de abril de 1991 - MAURICIO AYRES DE AZEVEDO - Presidente.

(FAT. N° 10.001356, REG. N° 10.001356, Dias 23, 24 e 25/04/91)

SECRETARIA DE ESTADO DA VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

RESUMO DE PORTARIA

PORTARIA N°40, de 19.04.91-Conceder suprimento de fundo no valor de Cr\$-300.000,00, sendo no elemento de despesa 3120 a importância de Cr\$-100.000,00, e no elemento de despesa 3132 a importância de Cr\$-200.000,00, para atender despesa de custeio do Departamento de Administração nos meses de abril e maio/91, em nome da funcionária IRACEMA GALVÃO RAMOS,Diretora da Divisão de Finanças, desta Secretaria.

DÉ-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE E PUBLIQUE-SE

Engº PAULO SÉRGIO FONTE DO NASCIMENTO - Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas.

RESUMO DE PORTARIAS

PORTARIA N°41, de 22.04.91-Conceder, desde dias de licença saída ao funcionário ANTONIO GUIMARÃES,Auxiliar de Engenharia, lotado no Dep.de Obras,no período de 08.04.91 a 17.04.91.

PORTARIA N°42, de 22.04.91-Conceder, trinta dias de prorrogação de licença saída,ao funcionário JORACI ROBERTO LUIZ BAHIA, Engº Civil,lotado no Dep.de Obras,no período de 06.04.91 a 05.05.91.

PORTARIA N°43, de 22.04.91-Conceder,trinta dias de férias regulamentares a partir de 23.04.91 a 22.05.91,ao servidor JOSE MARTINS HOLANDA,Motorista,lotado no Dep.de Administração,relativo ao período aquisitivo de 02.07.89 a 02.07.90.

DÉ-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Engº PAULO SÉRGIO F. DO NASCIMENTO-Secretario de Estado da Viação e Obras Públicas.

(FAT. N° 10.001360, REG. N° 10.001360, Dia 23/04/91)

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES

Edital de Notificação

A Câmara Municipal de Benevides, com base no Decreto Lei nº 201/67, notifica o senhor F. FRANCISCO SANTOS DE JESUS, Prefeito Municipal de Benevides, que no dia 24 de Abril de 1991, será realizada a Sessão de Julgamento do processo de cassação de mandato, as 09 horas, no plenário da Câmara Municipal de Benevides.

Benevides, 22-Abril-1991.

ELVIS RIBEIRO DA SILVA

-Presidente-

(FAT. N° 10.001361, REG. N° 10.001361, Dia 23/04/91)
CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

P O R T A R I A N° 061/91, DE 19 DE ABRIL DE 1991.

A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, usando de suas atribuições,

RESOLVE:
Designar a funcionária MARIA LUIZA DE MIRANDA MOUTINHO DA CONCEIÇÃO, médica, para a Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, pelo período de 22.04.91 à 27.04.91, em substituição à sua titular.

DÉ-SE CIÊNCIA, AFIXE-SE, REGISTRE-SE E CUMPA-SE
GABINETE DA PRESIDENTE DO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ-HEMOPA, em 19/04/91.

Dra. LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

Presidente do HEMOPA

(FAT. N° 10.001358, REG. N° 10.001358, Dia 23/04/91)

MASO INDUSTRIAL S/A - CGC/MF 15.254.139/0001-39 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINARIA E EXTRAORDINARIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os senhores acionistas dessa sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente às 17:00 horas do dia 30 de abril de 1991, em sua sede social à Rua Magalhães nº 543, BR 316 Km. 2, nesta cidade, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A.G.O - a) Leitura, discussão e aprovação das contas dos Administradores e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.90; b) Aprovação da correção monetária do Capital Realizado e da Capitalização das Reservas de Capital e de lucros, A.G.E.O - a) Aumento do Capital Autorizado; b) Aprovar as alterações dos Estatutos Sociais; c) O que ocorrer sobre outros assuntos de interesse social. Ananindeua-Pa, 18 de Abril de 1991. Raymundo Pinto de Oliveira, Dir. Presidente.

(FAT. N° 10.001355, REG. N° 10.001355, Dias 23, 24 e 25/04/91)

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, COMUNICA AO INTERESSADO QUE O EGRÉGIO PLENÁRIO DESTA CORTE, JULGARÁ, NA SESSÃO A SER REALIZADA

DA NO DIA 23 DE ABRIL DE 1991, ÀS 9:00 HORAS, EM SUA SEDE , A SEGUINTE PRESTAÇÃO DE CONTAS:

01) PROCESSO N° 891745-00

INTERESSADO: EURITES MIRANDA DE NOVAES

ORIGEM : SMER DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1988

RÉLATÓRIO : CONSELHEIRO I AUDELINO PINTO SOARES

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 22 DE ABRIL DE 1991.

a) ANTONIO CARLOS CARVALHO

SECRETARIO

(G.Reg. 36.380)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ATO N° 6.746

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando de suas atribuições legais e,

- Considerando o interesse do serviço eleitoral, com vistas à realização do Plebiscito de 28.04.91,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Dr. MAINTON MARQUES CARNEIRO, Juiz Eleitoral da 58ª Zona - Carionópolis/Fa., suprimento de fundos no valor de Cr\$-150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL CRUZEIROS) para atender despesas com a realização do Plebiscito nos Distritos de Água Azul do Norte e Eldorado do Carajás, que correrá pela Verba Estadual (SEFA), devendo o MM. Juiz apresentar a prestação de contas do referido suprimento até 15.05.91.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 18 de abril de 1991

(a) Desº Climenie Bernadette de Araújo Pontes- Presidente

ATO N° 6.733-A

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando de sua atribuição que lhe confere o art. 23, item 37 do Regimento Interno e tendo em vista o art. 49, § 1º da Lei nº.... 5.682,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça ALMEIDINO JOSÉ CARDOSO LIMA, para funcionar como Observador Eleitoral na Convenção Regional do Partido da Frente Liberal - P.F.L, Seção do Pará, a ser realizada no dia 14 do mês corrente, à Rua Aristides Lobo nº 191, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 12 de abril de 1991

(a) Desº Climenie Bernadette de Araújo Pontes - Presidente

ATO N° 6.747

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando de suas atribuições legais e,

- Considerando o interesse do serviço eleitoral, com vistas à realização do Plebiscito de 28.04.91,

R E S O L V E :

CONCEDER à MARIA NÚCIA CARREIRA IOBATO, Chefe do Cartório Eleitoral da 39ª Zona-Belém, suprimento de fundos no valor de Cr\$-130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL CRUZEIROS), para pagamento de Auxílio Alimentação aos Mesários, Membros das Juntas Apuradoras e Frete de uma embarcação (Caruaru), por ocasião do Plebiscito a ser realizado no Distrito de Mosquero, que correrá pela Verba Estadual (SEFA), devendo apresentar a prestação de contas do referido suprimento até 15.05.91.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 18 de abril de 1991

(a) Desº Climenie Bernadette de Araújo Pontes - Presidente

ATO N° 6.749

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, usando de suas atribuições legais e,

- Considerando o interesse do serviço eleitoral, com vistas à realização do Plebiscito de 28.04.91,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Dr. FAUJO GOMES JUSSARA JÚNIOR, Juiz Eleitoral da 51ª Zona - BONITO DO PARÁ, suprimento de fundos no valor de Cr\$-100.000,00 (CEM MIL CRUZEIROS), para atender despesas com transporte, alimentação de Membros de Mesas Receptoras e Juntas Apuradoras, na realização do Plebiscito no Distrito de Goianésia do Pará, que correrá pela Verba Estadual (SEFA), devendo o MM. Juiz apresentar a prestação de contas do referido suprimento, até 15.05.91.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 18 de abril de 1991

(a) Desº Climenie Bernadette de Araújo Pontes - Presidente

(G.Reg. 36.375)

RETIFICAÇÃO

Diário Oficial nº 26.943, de 06.04.91, fls. 14
Edital nº 040, referente ao Processo 296/91
Diretório Municipal de SALINÓPOLIS, do Partido das Reformas Sociais - PDS, Seção do Pará.

ONDE SE LÊ:

DIRETÓRIO: Sebastião Silva Barros, Nelis Paraiso dos Santos, Antônio Rodrigues de Barros, Apolinário Sarmanho, Mancel Barros da Silva, Rainha de Silva Barros, Benedita Dias dos Santos, Felipe das Santos, Vitor Dias das Santos, Julie Silveira Barros, João Trindade Torres.

LEIA-SE:

DIRETÓRIO: Sebastião Silva Barros, Nelis Paraiso dos Santos, Antônio Rodrigues de Barros, Apolinário Sarmanho, Mancel Barros da Silva, Rainha de Silva Barros, Benedita Dias dos Santos, Felipe das Santos, Vitor Dias das Santos, Julie Silveira Barros, João Trindade Torres.

Ea, Elisabete Pereira, Chefe do Setor de Processos e Eleições, expedi este Retificação aos dezoito dias de maio de 1991, a qual vai subscrita pela Diretora Geral, em exercício.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 18 de abril de 1991.

a) Bela. MARIA LUÍZA NEGRERO-Diretora Geral, em exercício.

Proc.nº 338/91

EDITAL N° 052

De ordem da Exma.Sra.Desa.Presidente desta Corte e na forma prevista na Resolução nº 10.785/80-TSE, faça saber aos interessados que o Vice-Presidente da Comissão Executiva Regional do Partido da Frente Liberal - PFL, Seção do Pará, requereu o registro do Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de BUJARU, conforme nominata constante dos Autos:

DIRETÓRIO: Francisco Walter Ferreira da Silva, Manoel Geraldo de Souza, Raimundo Rosa de Andrade, Raimundo Damasceno dos Reis, Francisco das Chagas Silva, Valdete Leonardo da Costa, Maria Auxiliadora de Souza Silva, Zefarino Jovino Filho, Dulcival Sampaio de Souza, Lazaro Palheta Gomes, Benedito da Cunha Teixeira, Lucio Antonio Faro Bitencourt, João de Almeida Dias, João Manoel Tavares da Costa, Manoel Soeiro dos Santos, Cristovão José Braga de Souza, Jose Saraiva Jovino, Maria Gertrudes Menezes.

DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: João de Assunção Barra.

SUPLENTES: Gregorio Maia Lopes, Teresinha Fátima Pinto de Souza, Marizete Ferreira da Silva, Almeiro Pinto Lessa, Simeão Trindade de Santos, Ana Maria Saraiva Jovino, Maria Gertrudes Menezes.

DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: João de Assunção Barra.

SUPLENTE DE DELEGADO: Agostinho da Silva Tavares.

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente : Francisco Walter Ferreira da Silva.
Vice-Presidente : Cristovão José Braga da Souza.
Secretaria : Maria Auxiliadora da Souza Silva.
Tesoureiro : Manoel Geraldo de Souza.
Suplentes : Dulcival Sampaio da Souza, Zezinho de Almeida Dias, Zefarino Jovino Filho.

Ea, Clélia Pantoja, Técnico Judiciário

DELEGADOS À CONVENÇÃO NACIONAL: Alacid da Silva Nunes e Milson Colins Guedes Sampaio.
SUPLENTES DE DELEGADOS: Laurentino Miranda da Rocha e Amury Bernal de Almeida.

COMISSÃO EXECUTIVA:
Presidente : Alacid da Silva Nunes.
1º Vice-Presidente: Milson Colins Guedes Sampaio.
2º Vice-Presidente: Carlos Ailton C. de Matos.
Secretário-Geral : Antônio Edilson Silva Castro.
Secretaria : Alberto Melo e Silva.
Treasuraria : Francisco Alberto Rocha.
Vogais : Laurentino Miranda da Rocha
João Batista Cavalcante.
Suplentes : Amury Bernal de Almeida
Mario Sampaio
Ivan Muniz de Carvalho
Mario Freitas.

Eu, Clálio Penteja, Técnico Judicário, Chefe de Serviço Judicário, expedi este EDITAL, nos dezessete dias do mês de abril de 1991, a qual é subscrita pela Diretora Geral, em exercício.

Secretaria do TRE do Pará, em 19.04.91.
a) Desa. MARIA LUIZA NEGREIROS-Diretora Geral, em exercício.

(G.Reg.36.376)

Processo Nº 171/91
Despacho proferido pela Exma.Sra.Desa.Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no Recurso Especial interposto por Agostinho Linhares de Souza e Partido Social Cristão-PSC, contra decisão constante do Acórdão Nº 12.188 de 07.03.91, que indeferiu a reclamação apresentada pelo ora recorrente.

AUTOS DE: R E C L A M A Ç Ã O
RECLAMANTE: AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA
RECLAMADO : O Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA, qualificado à fls. 2, tendo concorrido no último pleito eleitoral ao cargo de deputado estadual, pela legenda do P.S.C., em coligação com o P.M.N., formando a Frente de Recuperação do Pará, inconformado com o Relatório dos Trabalhos de Apuração do Pleito Suplementar, vem reclamar contra a Comissão Apuradora, por não ter considerado no cálculo da distribuição de Sebras, a flagrante inconstitucionalidade do parágrafo 2º do art. 109 do Código Eleitoral, incompatível com a norma Constitucional emanada do art. 45, que alia o processo participativo e democrático os partidos minoritários, isto porque não considerou os votos dados a citada Coligação, ainda que em número maior que de outras agremiações, para a respectiva distribuição.

O Ministério Público Regional opinou pelo indeferimento da reclamação.

E o Juiz Relator concluiu pelo improlixismo da postulação, por falta de amparo legal.

Inconformado, interpôs recurso especial com embasamento no art. 276, I, "a" do Código Eleitoral.

Esta Presidência já se manifestou sobre idêntica matéria oriunda da mesma fonte, inacolhendo o recurso, por entender que não houve infringência à disposição legal nem conflito jurisprudencial sobre o assunto em foco.

O processo que ora se examina nada discrepa do anterior, sendo mera repetição de Ação reclamatória, ora em tramitação em forma de Agravo, dado que, por absoluta falta de amparo jurídico, foi-lhe negado seguimento.

Para comprovação do alegado segue anexo, fotocópia da decisão anterior, que pela igualdade dos assuntos tratados passa a integrar a presente decisão. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso.

Belém, 10 de abril de 1991.

aa) Desa. Climenie B. de Araújo Pontes - Presidente.

RECURSO ESPECIAL

PROCESSO Nº 174/91

RECORRENTE: AGOSTINHO LINHARES

RECORRIDO: Decisão deste Tribunal, preferida em sessão de 07.02.91.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA, qualificado na exordial interpõe Recurso Especial (art. 276, I, "a" do C.E.), contra decisão deste Colegiado, que apreciando reclamação indeferida pela Comissão de Apuração, sobre a Inconstitucionalidade do § 2º do art. 109, do Código Eleitoral, não conheceu da mesma por impropriedade da via escolhida.

Com efeito insurge-se o recorrente com distribuição de sebras no processo eleitoral, meramente no que pertine ao parágrafo 2º do art. 109 do C.E., por permitir o alijamento das agremiações minoritárias, violência perpetrada contra a proporcionalidade da representação nulificando os votos conferidos àqueles.

Ilustra o seu pedido com conceitos doutrinários e jurisprudenciais.

Segundo o recorrente a decisão deste Colegiado afrente o art. 45 da Constituição Federal, assim redigido:

"A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

A norma explicitada da atual Carta Magna, não reproduziu a anterior, que acrescentava "na forma que a lei estabelecer". Portanto o sistema adotado pela Comissão, para o preenchimento pelo critério de sebras, afrontou o dispositivo sob análise, que de sebras afrontou o dispositivo sob análise,

não permitindo que os partidos menores dela participe.

A arguição de constitucionalidade de norma legal, é assunto que rege a competência da Comissão Apuradora, e "mutatis mutandis" deste T.R.E.

É verdade que o Juiz poderá deixar de aplicar a Lei se entender ser ela inconstitucional, mas, não lhe compete declarar essa mesma inconstitucionalidade.

O Supremo Tribunal Federal compete a guarda da Constituição, e somente ele poderá processar e julgar a Ação de Inconstitucionalidade.

Se pretende o recorrente agitar essa questão, que o faça pelas vias legais e diretamente.

A Comissão seguiu o roteiro ditado pela Lei Federal (Código Eleitoral), que trata da representação proporcional a fim de declarar os eleitos.

Não conhecendo a reclamação pela impropriedade da via escolhida, este Tribunal não afrente a norma maior, ao contrário se harmonizou com os princípios nela contidos.

A representação proporcional advém de Estatuto legal, com pleno vigor, ensejando concluir-se que a decisão questionada não colidiu de modo algum com a norma constitucional apontada, que inclusive reporta-se a sistema proporcional, que se encontra definido no Capítulo IV do Código Eleitoral, onde está inserido o questionado art. 109, § 2º.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, uma vez que o pede não se adequa ao art. 121, § 4º da Constituição Federal.

Belém, 14 de março de 1991.
aa) Desa. Climenie B. de Araújo Pontes - Presidente.

PROCESSO Nº 196/91

Despacho proferido pela Exma.Sra.Desa.Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no Recurso Especial interposto por Agostinho Linhares de Souza e Partido Social Cristão-PSC, contra decisão constante do Acórdão Nº 12.188 de 07.03.91, que indeferiu a reclamação apresentada pelo ora recorrente.

AUTOS DE: R E C L A M A Ç Ã O
RECLAMANTE: AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA

RECLAMADO : O Tribunal Regional Eleitoral do Pará

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA, qualificado à fls. 2, tendo concorrido no último pleito eleitoral ao cargo de deputado estadual, pela legenda do P.S.C., em coligação com o P.M.N., formando a Frente de Recuperação do Pará, ainda inconformado com o Relatório dos Trabalhos de Apuração do Pleito Suplementar, vem, novamente, reclamar contra a Comissão Apuradora, por não ter considerado no cálculo da distribuição de Sebras, a flagrante inconstitucionalidade do parágrafo 2º do art. 109 do Código Eleitoral, incompatível com a norma Constitucional emanada do art. 45, que alia o processo participativo e democrático os partidos minoritários, isto porque não considerou os votos dados a citada Coligação, ainda que em número maior que de outras agremiações, para a respectiva distribuição.

O Ministério Público opinou pelo indeferimento da reclamação.

E o Juiz Relator concluiu pelo improlixismo da postulação, por falta de amparo legal.

Inconformado, interpôs recurso especial, com embasamento no art. 276, I, "a" do Código Eleitoral.

Esta Presidência já se manifestou sobre idêntica matéria oriunda da mesma fonte, inacolhendo o recurso, por entender que não houve infringência à disposição legal, em conflito jurisprudencial sobre o assunto em foco.

O processo que ora se examina nada discrepa do anterior sendo mera repetição de Ação reclamatória, ora em tramitação em forma de Agravo, dado que, por absoluta falta de amparo jurídico, foi-lhe negado seguimento.

Para comprovação do alegado segue anexo fotocópia da decisão anterior, que pela igualdade dos assuntos tratados passa a integrar a presente decisão.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso.

Belém, 10 de abril de 1991.
aa) Desa. Climenie B. de Araújo Pontes - Presidente.

RECURSO ESPECIAL
PROCESSO Nº 174/91
RECORRENTE: AGOSTINHO LINHARES

RECORRIDO: Decisão deste Tribunal, preferida em sessão de 07.02.91.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA, qualificado na exordial interpõe Recurso Especial (art. 276, I, "a" do C.E.), contra decisão deste Colegiado, que apreciando reclamação indeferida pela Comissão de Apuração, sobre a Inconstitucionalidade do § 2º do art. 109, do Código Eleitoral, não conheceu da mesma por impropriedade da via escolhida.

Com efeito insurge-se o recorrente com distribuição de sebras no processo eleitoral, meramente no que pertine ao parágrafo 2º do art. 109 do C.E., por permitir o alijamento das agremiações mi-

noritárias, violência perpetrada contra a proporcionalidade da representação nulificando os votos conferidos àqueles.

Ilustra o seu pedido com conceitos doutrinários e jurisprudenciais.

Segundo o recorrente a decisão deste Colegiado afrente o art. 45 da Constituição Federal, assim redigido:

"A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

A norma explicitada da atual Carta Magna, não reproduziu a anterior, que acrescentava "na forma que a lei estabelecer". Portanto o sistema adotado pela Comissão, para o preenchimento pelo critério de sebras, afrontou o dispositivo sob análise, não permitindo que os partidos menores dela participe.

A arguição de constitucionalidade de norma legal, é assunto que rege a competência da Comissão Apuradora, e "mutatis mutandis" deste T.R.E.

É verdade que o Juiz poderá deixar de aplicar a Lei se entender ser ela inconstitucional, mas, não lhe compete declarar essa mesma inconstitucionalidade.

O Supremo Tribunal Federal compete a guarda da Constituição, e somente ele poderá processar e julgar a Ação de Inconstitucionalidade.

Se pretende o recorrente agitar essa questão, que o faça pelas vias legais e diretamente.

A Comissão seguiu o roteiro ditado pela Lei Federal (Código Eleitoral), que trata da representação proporcional a fim de declarar os eleitos.

Não conhecendo a reclamação pela impropriedade da via escolhida, este Tribunal não afrente a norma maior, ao contrário se harmonizou com os princípios nela contidos.

A representação proporcional advém de Estatuto legal, com pleno vigor, ensejando concluir-se que a decisão questionada não colidiu de modo algum com a norma constitucional apontada, que inclusive reporta-se a sistema proporcional, que se encontra definido no Capítulo IV do Código Eleitoral, onde está inserido o questionado art. 109, § 2º.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, uma vez que o pede não se adequa ao art. 121, § 4º da Constituição Federal.

Belém, 14 de março de 1991.
aa) Desa. Climenie B. de Araújo Pontes - Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 813

PROCESSO Nº 238/91 - A

AUTOS DE REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO

INTERESSADO: Assembleia Legislativa do Estado
REFERÊNCIA: Distrito de Marituba, Município de Belém

OBJETIVO: Elevação do Distrito em Município

JUIZ RELATOR: Iran Velasco Nascimento

EMENTA: SE O PEDIDO DE DESIGNAÇÃO DE DATA PARA REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO PARA A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO NOVO ESTÁ CONFORME O ART. 18, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NORMA ESPECIFICA DE LEI COMPLEMENTAR ESTÁ DUAL, É DE SER DEFERIDO.

RESOLVE os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e Amapá, à unanimidade de votos, conhecer do Pedido de Plebiscito formulado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e deferir-lhe nos termos do voto do Relator, que passa a integrar a presente Resolução.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e Amapá, nos 09 de abril de 1991.

aa) Desa. Climenie Pontes-Presidente, Juiz Jaime Rocha, Juiz Sônia Parente, Juiz Francisco Miléo, Juiz Jônio Alberto Paiva, Dr. Paulo Meira-Procurador Regional Eleitoral.

(G.Reg.36.374)

EDITAL Nº 057

Com vista às Convenções Municipais do Partido Democrático Social - PDS, fago saber aos interessados, de ordem da Exma. Sra. Desa. Presidente, e em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 58 da Resolução 10.785/80 do TSE, que a referida Agremiação Política possui o seguinte número de filiados nos Municípios que integram esta Circunscrição Eleitoral.

ESTADO DO PARÁ

	Nº / FILIADOS
Acará	184
Afúia	289
Alenquer	676
Almeirim	197
Altamira	2716
Anajás	209
Ananindeua	533
Augusto Correa	529
Aveiro	20
Bagre	106
Baía	238
Barcarena	335
Belém	7537
Benevides	520
B.Jesus do Tocantins	1

Bonito	84
Bragança	3088
Breves	448
Bujaru	288
Cachoeira do Arari	826
Cametá	175
Capanema	973
Capitão Poço	1124
Castanhal	847
Chaves	178
Colares	554
Conc. do Araguaia	81
Concordia do Pará	103
Curralinho	197
Curuçá	659
Faro	148
Garrafão do Norte	6
Gurupá	957
Igarapé-Açu	398
Igarapé-Miri	3489
Inhangapi	56
Irituba	1179
Itaituba	637
Itupiranga	124
Jacundá	73
Juruti	417
Limeirio do Ajuru	211
Magalhães Barata	443
Marabá	835
Maracanã	765
Marapanim	227
Melgaço	218
Mocajuba	193
Moju	408
Monte Alegre	440
Muaná	639
Nova Timboteua	898
Óbidos	870
Oeiras do Pará	6
Oriximiná	645
Ouren	241
Paragominas	513
Peixé-Boi	870
Ponta de Pedras	899
Portel	218
Porto de Moz	506
Prainha	158
Primavera	610
Redenção	259
Rio Maria	191
Rondon do Pará	449
Salinópolis	1634
Salvaterra	427
Sta. Cruz do Arari	540
Sta. Izabel do Pará	668
Sta. Maria do Pará	1387
Santana do Araguaia	213
Santarém	1150
Santarém-Novo	325
Stº. Antônio do Tauá	444
S. Caetano de Odilvas	1150
S. Domingos do Capim	582
S. Félix do Xingu	269
S. Francisco do Pará	647
S. João do Araguaia	967
S. Miguel do Guamá	175
S. Sebastião da Boa Vista	709
Senador José Porfírio	33
Soure	1022
Tomé-Açu	963
Tucurui	821
Vigia	847
Vizeu	1893
Xingúara	348

ESTADO DO MARAÍ

Amapá 60
Calçoene 70
Macapá 3541
Mazagão 249
Oiapoque 144

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 19 de abril de 1991.
a) Bela. MARIA LUIZA NEGREIROS- Diretora Geral, em exercício
(G.Reg.36.373)

JUSTIÇA FEDERAL

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O doutor HAMILTON DE SÁ DANTAS, Juiz Federal Substituto com exercício na 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc.

F A Z " S A B E R " a quantos: o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento que no dia 14 de maio vindouro, às 10:00 horas, na Sede desta Seção Judiciária localizada na Av. Generalíssimo Deodoro, 697 - Umarizal, será levado a leilão público o bem adiante caracterizado, penhorado nos autos da Execução Fiscal (Processo nº 00.00.31206-1) movida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (ex-IAPAS) contra OSCAR F. PINES e/ou OSCAR FERREIRA PINES, a seguir discriminado:...."01 (uma) máquina de escrever manual marca olivetti linha 98, sem identificação" reavaliada em 19/02/1991 no valor de Cr\$20.000,00 (VINTE MIL CRUZEIROS). No dia e hora acima referidos o bem será levado a leilão para venda a quem maior lance oferecer acima do valor da avaliação, com dinheiro à vista ou a prazo de três dias, mediante caução idônea. O arrematante pagará as despesas contidas, a comissão do leiloeiro bem como as custas da carta de arrematação, sendo que nos respectivos autos não consta a existência de quaisquer outros ônus que possam gravar o aludido bem, e assim também algum recurso pendente de decisão. Não havendo licitantes, fica des-

de já designado o dia 03 de junho próximo, às 10:00 horas no mesmo local, para a venda a quem mais oferecer, recusável lance que ofereça preço vil, insuficiente para satisfação de parte razoável do crédito. Na forma da Lei, o presente será publicado uma só vez no Órgão Oficial como expediente judiciário gratuito, de acordo com o art. 22 da Lei nº 6.830, de 22/9/80. EXPEDIDO nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, aos dezenove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e um. Eu, *(Assinatura)* (Maria da Conceição Costa Coutinho), Supervisora da Seção de Execuções, o datilografei, e em *(Assinatura)* (Dr. Fernando Neves Tocantins), o confere e assino.

HAMILTON DE SÁ DANTAS
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO
(G.Reg.36.381)

ATA DE AUDIENCIA DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA

NA AUDIENCIA PRESIDIADA PELO MM. JUIZ FEDERAL DR.HAMILTON DE SA DANTAS,
OS SEGUINTE FEITOS FORAM:

I - DISTRIBUIDOS

1) ORIGINARIAMENTE:

PROCESSO : 91.0000325-5 PROT: 26/02/91
CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANÇA
IMPE : SERGIO MARTINS PANDOLFO E OUTROS
IMPDO : COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL
DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

PARA E OUTRO

VARA : 001

PROCESSO : 91.0000326-3 PROT: 26/02/91

CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANÇA
IMPE : JAMIL CORREA MOURAO E OUTROS
IMPDO : COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL
DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARA E OUTRO

VARA : 004

PROCESSO : 91.0000327-1 PROT: 25/02/91

CLASSE : 09012 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL IT

REGTE : JUSTICA PÚBLICA

REGDO : LUIZ CARLOS ROCHA E OUTROS

VARA : 002

PROCESSO : 91.0000328-0 PROT: 26/02/91

CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANÇA

IMPE : EDVAN RUI PINTO COUTEIRO

IMPDO : COORDENADOR DE COLEGATIVO DO CURSO DE

DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

PARA

VARA : 003

PROCESSO : 91.0000329-8 PROT: 25/02/91

CLASSE : 05000 - ACAO DIVERSA

AUTOR : UNIAO FEDERAL

REU : PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE

ITAITUBA

VARA : 003

PROCESSO : 91.0000330-1 PROT: 26/02/91

CLASSE : 09008 - INQUERITO

AUTOR : JUSTICA PÚBLICA

INDO : LUIVAN OLIVEIRA LOPES E OUTRO

VARA : 003

2) POR DEPENDÊNCIA:

PROCESSO : 89.0001234-7 PROT: 26/02/91

CLASSE : 07000 - ACAO CRIMINAL

PRINCIPAL: 89.00012347 CLASSE: 7000

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO

REU : WILSON ACACIO DE ARAUJO

VARA : 001

III-ENCAMINHADOS P/ VERIF. PREVENÇÃO/OUTROS

PROCESSO : 89.0001436-6 PROT: 18/09/89

CLASSE : 07000 - ACAO CRIMINAL

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO

REU : WILSON ACACIO DE ARAUJO

VARA : 001

IV - NAO HOUVE IMPUGNAÇÃO

V - DEMONSTRATIVO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

VARA : 001

PROCESSO : 91.0000332-8 PROT: 28/02/91

CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA

AUTOR : HOACIR CABRAL

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- INSS

VARA : 004

PROCESSO : 91.0000333-6 PROT: 28/02/91

CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA

AUTOR : ANTONIA AMARAL GALHARDO E OUTROS

REU : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA

MEDICA DA PREVIDENCIA SOCIAL -INAMPS

VARA : 002

PROCESSO : 91.0000334-4 PROT: 28/02/91

CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA

AUTOR : ANALIA LIMA FERREIRA E OUTROS

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- INSS

VARA : 003

PROCESSO : 91.0000335-2 PROT: 28/02/91

CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA

AUTOR : DELCIA RAMOS DOS SANTOS E OUTROS

REU : UNIAO FEDERAL

- INSS

VARA : 003

PROCESSO : 91.0000336-0 PROT: 27/02/91

CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA

AUTOR : JOSE DA SILVA NEVES

REU : UNIAO FEDERAL

VARA : 004

PROCESSO : 91.0000337-9 PROT: 28/02/91

CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL

EXGE : CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE

INOVEIS - CRECI

AVOGADO : PA18236 - RONALDO KOURY MAUES

EXCD : R FURTADO EMPREENDIMENTOS

INOBILIARIOS

VARA : 002

2) POR DEPENDÊNCIA:

PROCESSO : 90.0002027-1 PROT: 28/02/91

CLASSE : 07000 - ACAO CRIMINAL

PRINCIPAL: 90.00020271 CLASSE: 7000

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO

REU : LAUDEMIR DO AMARAL

VARA : 002

III-ENCAMINHADOS P/ VERIF. PREVENÇÃO/OUTROS

PROCESSO : 89.0001436-6 PROT: 18/09/89